

lousada
11
11/09/23

12ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA N.º 12/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2023

-----Ao vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte três, pelas vinte e horas, reuniu, presencialmente e simultaneamente transmitida via streaming nas instalações do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Lousada. -----

-----Às vinte e uma horas e dez minutos, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes os seguintes Membros Municipais: -----

PRESENTES:-----

MEMBROS ELEITOS:-----

1. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva; -----
2. Antero de Sousa Correia, em virtude do pedido de substituição apresentado pelo João Carlos Pinto Correia; -----
3. Eduarda Filipa Pereira Ferreira; -----
4. João Carlos Sousa Teixeira da Fonseca; -----
5. Rúben João Pinto Bessa; -----
6. Joaquim José Correia Bessa; -----
7. Maria José Pacheco Meireles Magalhães;-----
8. Branca Alice Amorim Vieira, em virtude do pedido de substituição apresentado pelo Pedro Miguel Amaral Silva; -----
9. Sónia Cláudia Fernandes de Oliveira;-----
10. Ana Cristina Leal Moreira; -----
11. Adelaide Augusta Vieira Barata Gomes; -----
12. Ricardo Manuel de Bessa Marques; -----
13. Pedro Filipe Teixeira de Faria;-----
14. Paulo Alexandre Pedro de Magalhães; -----
15. Lara da Rocha Santos, em virtude do pedido de substituição apresentado pela Joana Sofia Pacheco Nogueira; -----
16. **Maria de Lurdes Oliveira e Castro.** -----

OS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA PRESENTES NA SESSÃO:-----

17. Jorge Agostinho Magalhães Cunha, freguesia de Aveleda; -----
18. Luís Daniel F. Peixoto, freguesia de Caíde de Rei; -----
19. Paulo Abílio Teixeira dos Santos, freguesia de Macieira; -----
20. Nuno Daniel de Sousa Ferreira, freguesia de Meinedo; -----
21. Joaquim Ribeiro de Magalhães, freguesia de Nevogilde; -----
22. Sílvia Marlene Ferreira Moreira, como representante legal de Diogo Agostinho Carvalho Aires, freguesia de Sousela; -----
23. Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, freguesia do Torno; -----
24. António Fernando Morais da Silva, freguesia de Vilar do Torno e Alentém;-----

25. Eduardo António Sousa e Castro Taveira, da União das freguesias de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida); -----
26. Eduardo A. Vilar Barbosa, da União das freguesias de Cristelos, Boim e Ordem; -----
27. João Fernando Pinto Magalhães, da União das freguesias de Figueiras e Covas; -----
28. Armando da Costa Silva, da União de freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão). -----

----- **Verificou-se estarem presentes 28 Membros Municipais**, bem como a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Daniel Machado Gomes e dos senhores vereadores, Cláudia Patrícia Alves Pereira Lousada (em virtude do pedido de suspensão do mandato de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro); Maria do Céu Vieira da Rocha (PS); Carlos Manuel Soares Nunes (Coligação Acreditar Lousada); Nelson Ângelo Coelho Oliveira (PS) e António Augusto dos Reis Silva (PS). -----

-----Verificando-se a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, declarou aberta a Sessão. -----

-----**PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- A Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os membros municipais presentes dos seguintes assuntos: -----

----- Em virtude da impossibilidade do Membro Municipal, Primeiro Secretário da Mesa, José Bernardino Pinto Nogueira, de estar presente nesta sessão, por motivos de saúde, é nos termos legais substituído na Mesa pelo Segundo Secretário, Rúben João Pinto Bessa, ficando, por isso, a composição da Mesa incompleta. -----

----- Assim, cumprindo o disposto no n.º 5 do art.º 22.º do Regimento em vigor ("Na falta de um ou dois membros da Mesa, o membro restante nomeia os outros elementos necessários."), chamaram um membro Municipal para suprir a falta. Nestes termos, solicitou ao Membro Municipal, Maria José Pacheco Meireles Magalhães que integre a Mesa da Assembleia Municipal nesta Sessão para o de Segunda-Secretária. -----

----- De seguida informou que o Membro Municipal, Armando da Costa Silva, Presidente da União de Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo

Estevão), apresentou a justificação de falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2023. -----

----- Mais informou que nos termos do n.º 1 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada, em vigor, efetuou-se as seguintes substituições:-----

- O Membro Municipal do PS, João Carlos Pinto Correia, é substituído por Antero de Sousa Correia; -----
- O Membro Municipal do PS, José Bernardino Pinto Nogueira é substituído por Óscar Miguel Sobral da Silva; -----
- O Membro Municipal da Coligação Acreditar Lousada, Pedro Miguel Amaral Silva, é substituído por Branca Alice Amorim Vieira. -----
- A Membro Municipal do PS, Joana Sofia Pacheco Nogueira, é substituída por Lara da Rocha Santos. -----

----- E, nos termos do n.º 3 do artigo n.º 10 do Regimento da Assembleia Municipal de Lousada, em vigor, foram apresentadas as seguintes substituições: -----

- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Diogo Aires (Coligação Acreditar Lousada), informou que se faz representar pela sua representante legal Sílvia Marlene Ferreira Moreira; e -----
- Senhor Presidente da Junta de Lodares, Armando Jorge Mota Moreira (PS), informou que se faz representar pelo seu representante legal de Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro. -----

----- Mais se deu conhecimento das Atas das Reuniões de Câmara Municipal: -----

- n.º 38 da Reunião Ordinária de 22/05/2023; -----
- n.º 39 da Reunião Ordinária de 06/06/2023; -----
- n.º 40 da Reunião Ordinária de 26/06/2023;-----
- n.º 41 da Reunião Ordinária de 10/07/2023 e, -----
- n.º 42 de Reunião Ordinária de 24/07/2023. -----

-----De seguida colocou a discussão/votação da Ata da Assembleia Municipal n.º 11/2023, referente à Sessão Ordinária de 29 de junho de 2023, não se tendo registado qualquer intervenção, foi colocada a votação, **a mesma foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes participantes na sessão de 29 de junho de 2023.** -----

-----Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS** -----

ccosth
nl
IPSA

-----A senhora Presidente da Assembleia deu **início ao período de intervenção dos Grupos Municipais**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal Presentes.-----

leastro
A
11.3.25

-----**Intervenção do Membro Municipal, ANA LEAL MOREIRA, da Coligação Acreditar Lousada:** -----

-----«Muito boa noite a todos, começo por cumprimentar a Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, Vereadora, Vereadores, Deputadas Municipais, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social, Lousadenses. -----
Senhor Presidente, coincidência ou não, faz hoje precisamente um ano que a Coligação Acreditar Lousada, apresentou nesta Assembleia Municipal, através da minha intervenção, a moção - **“Habitação Jovem Própria Permanente em Lousada”**. A qual foi aprovada com 12 votos a favor da Coligação e 22 abstenções dos deputados do Partido Socialista. Sei bem que irá dizer que estas coisas não são de um dia para o outro, mas neste momento já passou um ano e nós não queremos que passe outro. Desta forma estamos nós em setembro e a muito pouco tempo da apresentação do Plano e Orçamento para 2024, por isso peço ao senhor Presidente que, em conjunto com os Técnicos do Município, trabalhem para colocar essas medidas que se encontram na moção em prática, tais como isenção de IMT aos jovens que adquirirem a primeira habitação no concelho; aplicação de isenção de taxa de licenciamento para jovens que pretendam construir ou reconstruir imóveis em Lousada, entre outras medidas. Com a aplicação destas medidas na prática, o senhor Presidente irá conseguir demonstrar que está, efetivamente, de boa-fé e, que não coloca em causa uma votação que foi levada à cabo no Órgão Deliberativo, que é esta Assembleia Municipal e, que apesar da abstenção do PS e de toda a controvérsia que se gerou em torno da proposta apresentada para os jovens lousadenses que a mesma se irá concretizar. Obrigada.» -----

----- **Entrou na sala, pelas 21 horas e 17 minutos, os seguintes Membros Municipais:** -----

29. Carlos Manuel da Rocha Leal Ribeiro, representante legal do Presidente da Junta de Lousada, Armando Jorge Mota Moreira (PS); -
30. Fausto Oliveira, Presidente da União de Freguesias de Silveiras, Plas, Alvarenga e Nogueira (Coligação Acreditar Lousada); -----
31. Vítor Carlos Almeida da Silva (PS); -----
32. José Oliveira Nunes, Presidente da União de freguesias de Nespereira e Casais (Coligação acreditar Lousada); -----
33. Óscar Migue Sobral da Silva (Coligação Acreditar Lousada). -----

Lcastro
N
11.5.23

-----**Intervenção do Membro Municipal, LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:**-----

----- «Boa noite a todos, senhora Presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores, comunicação social.-----

----- Nesta minha primeira intervenção, eu queria abordar três assuntos concretos e se o senhor Presidente entender poderá, obviamente, responder ou comentar as minhas afirmações. A minha primeira questão tem a ver com a gestão da cantina da Escola Básica e Secundária do Agrupamento Lousada Norte, em Lustosa. No presente ano letivo, a Câmara Municipal de Lousada assumiu a gestão da cantina da Escola Básica e Secundária, no Agrupamento Lousada Norte. As refeições até então eram confeccionadas por uma empresa privada que com o fim do serviço, pelo que foi difundido na comunicação social, despediu as funcionárias que naquela escola prestavam serviço. Quero acreditar que a Câmara Municipal de Lousada, cumpriu todos os procedimentos legais. --- No entanto, publicamente o sindicato acusou o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada de cometer ilegalidades e, de não responder ao ofício que o mesmo sindicato lhe endereçou. É, evidente que o Município tem de cumprir a lei, mas a ser verdade, que se recusou a dialogar e, a responder ao ofício do sindicato que legitimamente representa uma senhora que durante alguns anos serviu aquela comunidade escolar, mesmo não sendo funcionária da Câmara Municipal de Lousada, não me parece uma atitude digna e democrata. Mas, mais, a Câmara Municipal de Lousada, deveria assumir a sua responsabilidade social e criar todas as condições possíveis para ajudar as trabalhadoras que perderam o seu posto de trabalho. Obviamente, que esta minha intervenção resulta do que foi dito e publicado na e, pela comunicação social e, não desmentido categoricamente até hoje pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada. Entretanto, como é público, a Câmara Municipal de Lousada emitiu um comunicado à imprensa e nesse mesmo documento, vejo apenas preocupações pelas questões legais, justifica-se tudo com a lei. Não vi qualquer referência ao drama humano que uma senhora que tem 64 anos, foi despedida e, agora dificilmente arranjará novo emprego e que se encontra numa situação que levará à redução dos seus rendimentos e, será, provavelmente, também prejudicada quando se aposentar. Senhor Presidente da Câmara, neste processo a sua postura e a do Município está a ser de uma insensibilidade social lamentável.----- Senhor Presidente o novo assunto sobre um tema já recorrente que aqui trouxe outras vezes a esta Assembleia, ainda o Aterro da Rima e os resíduos perigosos que vieram de Itália. Na sessão de dezembro de 2022, desta Assembleia e fevereiro ainda deste ano, referi que o senhor Secretário de Estado do Ambiente, Dr. João Galamba, agora Ministro da Infraestruturas, afirmou em meados de 2022, que o lixo que veio de Itália para Portugal é

composto por resíduos perigosos. O senhor Presidente da Câmara, na sessão da Assembleia Municipal de 24 de fevereiro do corrente ano, afirmou que iria contactar o Dr. João Galamba, com o objetivo de saber, se o senhor Ministro poderia garantir-nos com rigor e certeza de que os resíduos provenientes de Itália e que estão depositados no Aterro da Rima em Lustosa não são perigosos. Até, hoje, o senhor Presidente de Câmara nada nos disse. Assim, pergunto-lhe, contactou ou não o senhor Ministro Dr. João Galamba? Se, sim, qual a resposta? Agora, porque no Aterro da Rima em Lustosa aceitaram receber milhares de toneladas de lixo, proveniente de Itália, neste momento, não há espaço para receber os resíduos das empresas de Lousada. O Aterro da Rima, em Lustosa como sabem está praticamente lotado. Os empresários de Lousada, por exemplo os da área da construção civil não têm a onde entregar os resíduos e isso é um problema ambiental grave que urge solucionar. No Ecocentro, aqui em Lousada, também não aceitam os resíduos das obras, como por exemplo resíduos de latas de tinta. Não é por acaso, meus amigos que as lixeiras a céu aberto regressaram em força ao nosso concelho. Esta situação, é intolerável e mais intolerável para um Município que vangloria da sua política ambiental. Recordo a todos que o Aterro da Rima foi construído para tratar os resíduos banais não perigosos do concelho de Lousada e, dos concelhos da região do Vale do Sousa, mas agora já nem para receber os resíduos das empresas de Lousada serve. -----

Senhor Presidente da Câmara, encerrado o Aterro da Rima ou caso esta recusa receber os resíduos banais não perigosos do nosso concelho, principalmente das empresas de Lousada, qual é a alternativa que a Câmara Municipal de Lousada, oferece? A onde é que os empresários de Lousada vão poder depositar, entregar os resíduos banais não perigosos? Entretanto, confirmando-se que o Aterro da Rima, polui o ambiente, que prejudica as pessoas e, já agora que também não serve as empresas, a única solução é mesmo exigir o seu encerramento, mas primeiro temos de garantir os resíduos perigosos ali depositados sejam removidos e o espaço devidamente tratado. -----

Da Câmara Municipal, senhor Presidente exigimos ação, rigor, transparência e defesa intransigente do bem-estar e da saúde dos cidadãos de Lousada e de todos aqueles que por aqui passam. -----

Senhor Presidente, um outro assunto que, eu gostaria de abordar nesta minha primeira intervenção, a Praça do Românico. Quero vos falar da história da Praça do Românico para começar com: Era uma vez uma Praça do Românico, um projeto falhado, sem consistência e 300 mil euros deitados ao lixo. Este é o estado a que chegou o projeto da Praça do Românico e, que se arrasta na Câmara Municipal de Lousada, há mais de 6 anos. -----

Em 2018 anunciaram a construção de uma Praça nova, a Praça do Românico, junto ao centro Interpretativo da Rota do Românico, dizia, orgulhosamente que seria um equipamento inovador com uma esplêndida praça e a construção de um multiusos para a realização de grandes eventos culturais, recreativos e outros. Aquando da discussão pública do plano de pormenor para aquele local, nós PSD de Lousada participamos

lousada
13/8

nele, promovemos um encontro debate com os arquitetos, engenheiros de Lousada e autarcas de Lousada. No mesmo debate, convidado por mim, participou o Arq. Henrique Marques, o cidadão de Lousada e, um dos principais autores do projeto da Praça do Românico. -----

Em resultado desse debate apresentamos mais de 10 propostas para melhorar o projeto para aquele local, mas nenhuma foi como sabem foi aceite. A vossa convicção e o vosso entusiasmo no vosso projeto era tal que não acolheram qualquer contributo para valorizar ainda mais aquele espaço. Decorridos 6 anos, está tudo parado e deixaram cair o projeto. Despediram o empreiteiro que ameaça pedir indemnizações à Câmara Municipal de Lousada e, lá se foi o entusiasmo e a vossa convicção. Afinal era um projeto com pés de barro. Pior, ainda, gastaram tempo e dinheiro para nada!... Incrível!... Agora, ao fim de 6 anos, não sabem o que fazer aquele local. Apenas sabem que têm de fazer alguma coisa, até porque a Câmara Municipal de Lousada tem compromissos assinados com os proprietários dos terrenos circundantes. A vossa convicção está mais ou menos nesta base, à segunda-feira querem lá construir um multiusos, à terça-feira, uma loja do cidadão, provavelmente, à quarta-feira o Mercado Municipal, à quinta-feira apenas uma praça e à sexta-feira qualquer coisa vos serve. -----

Senhor Presidente da Câmara, em nome do PSD, vou-lhe apresentar a solução, no patamar inferior da praça construa um grande parque de estacionamento funcional e moderno. E, por cima ao ar livre construa uma praça de lazer moderna, apelativa e que seja uma referência na região. Sim, Lousada precisa urgentemente de espaços públicos para estacionamento, principalmente, obviamente aqui no centro da Vila, disse.» -----

----- **Intervenção do Membro Municipal, FAUSTO OLIVEIRA, Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Coligação Acreditar Lousada:** -----

----- «Antes de mais, boa noite a todos, senhora Presidente da Mesa e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, caros membros desta Assembleia, público, comunicação social e todos os que nos ouvem em casa. -----

---Eu estive a ouvir com cuidado a última Assembleia Municipal que aconteceu, não pude estar presente por motivos pessoais e, esperava encontrar o senhor deputado, João Correia, mas pelos vistos não está e reservo a minha resposta para quando cá estiver, não estará esquecida e nessa altura poderei dar a resposta. Sabendo, contudo, que aconteceram duas Assembleias de Freguesias, entretanto e em nenhuma delas, o senhor João Correia compareceu, de certeza que está muito interessado em saber os assuntos da União de Freguesias e, da tanta almejada e da tão grande freguesia de Alvarenga que tanto preza. Portanto, fica este reparo e esta anotação. -----

Mas vamos aquilo que interessa, que é isso que é importante, que é o que

lcastro
V
W.S.P

me faz mover e trabalhar por esta União de Freguesias e por este concelho de Lousada. Eu, queria deixar, aqui, uma recomendação ao Sr. Presidente da Câmara e, uma interpelação, porque já faz muitos anos que foi apresentada nesta Assembleia uma moção, acho que foi uma moção, uma recomendação que tinha a ver com a mobilidade. Essa recomendação foi feita, na altura pelo CDS/PP e, que nós secundamos e que nós muito bem aplaudimos por acharmos muito necessário que se fizesse um estudo muito sério, muito concreto sobre a mobilidade no concelho de Lousada. Deparámo-nos todos os dias com situações caricatas e situações, inclusivamente, perigosas de áreas onde acontece excesso de velocidade, cruzamentos perigosos, passadeiras que não estão corretamente sinalizadas, passadeiras e o senhor Presidente da Câmara, sabe, inclusivamente, que se chegou a fazer uma passadeira em Nogueira e que depois teve de retirar. Não há uma definição concreta com o tipo de passadeiras a implementar, sobretudo as passadeiras elevadas em todo o concelho de Lousada. Não há uma definição séria sobre as passadeiras, quer nas estradas municipais, quer nas estradas nacionais e, portanto, há aqui um conjunto de problemáticas, algumas delas também tem a ver sobretudo com as acessibilidades para pessoas com deficiência e estamos neste momento e há projetos até a decorrer para que os edifícios públicos, as entidades públicas possam concorrer para, digamos, retirar os obstáculos para as pessoas com cadeiras de rodas, portanto, para a deficiência. E, no meio disto tudo, interpelava o Sr. Presidente da Câmara, que pegasse novamente neste dossier, acho que nunca foi pegado e que, de facto, muito seriamente criasse uma equipa de estudo, porque o concelho de Lousada precisa efetivamente de uma solução nesta área da mobilidade. Eu dou um caso muito concreto, todos os dias as pessoas me confrontam, a estrada 605 que liga Boavista ao cruzamento do Jogo da Bola, tem ali um cruzamento perigoso. Já apresentei à câmara soluções que têm a ver, por exemplo, com um semáforo de redutor de velocidade. Há outras soluções, também que deviam ser pensadas no concelho a esse nível. E, portanto, há problemas, por exemplo, junto à Escola Secundária de Lousada, com muitas vezes pessoas a fazer piões naquela área e que é perigosíssimo e, portanto, que deviam ter ali situações de retenção de velocidade. Sem falar num outro número e, penso que os meus colegas e, todas as pessoas que estão sensíveis em Lousada e com certeza muitas pessoas já foram abordadas nesse sentido, não estou a dizer que o A ou B é necessário, estou a dizer que de facto devia ser feito um estudo para que depois chegasse a uma conclusão. Portanto, deixo essa recomendação. Uma outra recomendação tem a ver com a população animal no concelho de Lousada. A população animal no concelho Lousada, pelo que tenho visto tem vindo a crescer. Há situações de focos de instabilidade animal em muitas áreas com cães que são um perigo, inclusivamente para as pessoas. A gente manda um ofício para a câmara para fazer recolha, não há espaço no canil. Eu sugeria ao senhor Presidente, porque eu sei que há outros Municípios que o fazem, que pelo menos para reduzir significativamente a população animal, se fizesse a esterilização das

leastro
R
RSD

cadelas e não havendo espaço em canil se as devolvesse no mínimo ao mesmo espaço. Porquê? Porque eu conheço 2 ou 3 sítios onde havia 3 animais, neste momento há 12. E, portanto, se essa situação fosse implementada, já coloquei essa situação ao Sr. Vereador, disse que é impossível, é ilegal. Eu sei que há outros concelhos que o fazem. Se é preciso ser adotado um animal, o município que os adote. Haja uma solução. Continuar como estamos, vamos estar sempre atrás do problema e nunca vamos ter uma solução para ele. Como é que há Municípios que conseguem fazer isso, esterilizar os animais e devolvê-los ao seu habitat natural, sobretudo as cadelas e, depois aqui não se consegue fazer. Muito obrigada.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, JOÃO FONSECA, Partido Socialista:** -----

-----«Antes de mais, boa noite a todos, senhora Presidente da Mesa, restante Mesa, Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, caros colegas, público presente e que nos assistem em casa. Permitam que os cumprimentem a todos antes de mais. -----
Esta minha primeira intervenção, esperava que fosse um bocadinho diferente, mas uma vez que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga, fez referência ao meu colega, João, ele não está aqui para lhe responder, nem tenho a pretensão de lhe responder por ele, porque não sou advogado de defesa de ninguém como é óbvio. Mas, devo-lhe lembrar o seguinte, na última Assembleia, também estive presente e salvo erro, o Sr. Presidente da Junta, estava aqui representado por alguém que poderia esclarecer o assunto que tanto inquietou o meu colega, João Correia, pelos vistos ele não foi muito esclarecido. E, se ele não foi às Assembleias de Freguesia seguintes, o Sr. Presidente da Junta, sabe perfeitamente que eu estive nessa Assembleia de Freguesia. Em que o Sr. muito bem explicou ou pelo menos muito bem tentou explicar que, afinal, a sua entrada por um terreno alheio e a aquilo que depois veio causar indemnizações, foi caracterizado pela sua parte como audácia, como algo que até era audacioso da sua parte para conquistar alguma coisa. Além disso, devo referir que na mesma altura, também se falou que, se calhar, houve muitas situações que até não tinha muito a ver com a Junta e que todos os problemas que se causaram com o proprietário ou muitos dos problemas que foram causados pelo proprietário estavam relacionados com questões anteriores e quezílias com o Município. Aqui há 2 questões, primeiro, parece-me uma acusação também grave e que eu, enquanto cidadão, gostaria de esclarecer e gostaria que o Sr. Presidente da Câmara, me esclarecesse, se tem questões pendentes com cidadãos deste Município que prejudicam as freguesias? E, para evitar este disse que disse, porque há coisas que estão aqui na Assembleia Municipal e outras que são na Assembleia de Freguesia, toda aquela justificação que o senhor Presidente da Junta deu na Assembleia de Freguesia, se tivesse a gentileza de repetir aqui na Assembleia Municipal, acho que evitávamos tudo isso e continuávamos para a frente, sem

precisarmos de andar aqui com recados de Assembleias para Assembleias, ainda por cima para pessoas que não estão presentes. Obrigado.» -----

-----Entrou na sala, pelas 21 horas e 36 minutos, o seguinte Membro Municipal: -----

34. Agostinho Gaspar Oliveira (Coligação Acreditar Lousada). -----

----- Intervenção do Membro Municipal, EDUARDA FERREIRA, Partido Socialista: -----

----- «Excelentíssima senhora Presidente de Mesa, restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhores Vereadores, excelentíssimo público presente e comunicação social. -----

Eu venho aqui responder às questões que foram suscitadas, sobretudo, pelo meu colega Dr. Leonel. Dizer, só quanto à questão da Dra. Ana Cristina, que sem prejuízo de se levar avante a moção que aqui foi aprovada, obviamente que sim, dizer aqui que o Sr. Presidente só pode estar de boa-fé só após levar avante essas medidas, acho que é um bocadinho exagerado. Ou seja, ainda antes de haver essa moção, já havia aqui medidas, nomeadamente, as habitações de arrendamento acessível, pensadas sobretudo para a camada jovem, também. E, portanto, já antes da apresentação da moção, haviam aqui medidas pensadas para a camada jovem. Portanto, Lousada é conhecido por ser um Município amigo da juventude e acho que este mandato não é diferente nesse sentido. -----

Depois, relativamente às questões que o Dr. Leonel veio aqui trazer, começava por lhe dizer, em relação ao aterro: fiquei sem perceber Dr. Leonel, se quer o encerramento ou se está preocupado com o encerramento porque depois os empresários não têm onde colocar os resíduos. Portanto, se me puder esclarecer, eu depois, se calhar, ainda vinha responder outra vez. Mas fiquei na dúvida, sem perceber o que é que pretende, se quer o fecho ou se não quer. -----

Em relação à gestão da cantina de Lustosa, de facto esta situação veio a público, eu fiz aqui o meu, até por uma questão de perceber se isto tinha algum fundamento ou não, fiz aqui uma espécie de estudo e fiquei completamente chocada com a posição do sindicato! Porque a mim choca-me imenso que, não havendo enquadramento legal, nem por um lado, nem por outro, ou seja, não há aqui nenhum tipo de contrato de concessão, há um contrato de fornecimento, contrato esse, com essa empresa, como empresa privada, esse contrato tem uma determinada vigência, como nós sabemos, tem uma determinada vigência, essa vigência termina e a empresa por si decide despedir a trabalhadora, ainda que eu tenha as minhas dúvidas quanto a um efetivo despedimento, porque aquilo que li é que não há um efetivo despedimento, há um empurrar do problema da empresa para a Câmara Municipal de Lousada e a senhora fica, ela sim, numa situação de limbo, num limbo laboral, porque ela não é despedida, mas também não é alocada a nenhum outro

lcastro
R
H. S. J.

serviço. É empurrado o problema para a Câmara Municipal de Lousada para dar ali um seguimento ou uma espécie de admissão do trabalhador quando não há nenhum fundamento para admitir esta trabalhadora. Esta senhora é uma trabalhadora de regime privado e não tem qualquer vínculo à função pública. Portanto não vejo de que forma é que ela podia ser absorvida para os quadros camarários. E, depois, por outra banda, choca-me sobretudo que o sindicato venha pedir justificações à Câmara Municipal, e não vá pedir à empresa, porque esta senhora se não foi despedida, tem de ver se calhar se a situação dela, por exemplo, não se transforma num abandono do posto de trabalho ou se não tem até salários em atraso. Portanto, acho que em bom rigor devia aqui ser colocada a hipótese de informar a ACT e a senhora até se informar dos seus direitos, sem prejuízo da posterior situação que aqui colocou, que já lá irei. Mas quanto ao enquadramento legal, esta senhora devia informar-se, realmente, que é esse até no fundo quase o conselho que lhe deixo, porque a empresa possivelmente e pelos vistos já tem feito isto em outros Municípios. Pelo que vi esta comunicação é "chapa cinco", se me permitem a expressão, de comunicações relativas aos Municípios de Ponte de Lima e de Sótão, peço desculpa pela imprecisão, é de Sátão e a situação é a mesmíssima, ou seja, a empresa despede os trabalhadores ou deixa-os numa espécie de um limbo contratual e empurra responsabilidades para as Câmaras Municipais, quando as Câmaras não têm qualquer enquadramento legal para absorver estes trabalhadores. Em relação à responsabilidade social isso é outra história. A responsabilidade social da Câmara ela existe e está bem presente, acho que todos os trabalhadores que infelizmente têm perdido emprego têm, todos não direi, depende do livre-arbítrio de cada um, têm recorrido aos serviços da câmara e esses serviços depois encaminham para as entidades competentes e tentam ajudar ao máximo que o trabalhador seja integrado numa outra empresa. E a responsabilidade social cabe a todos nós, portanto, até deixo quase um apelo, se houver empresários que entendam que, enfim, têm essa possibilidade, essa vaga, porque não empregar esta senhora? Portanto, a mim aquilo que me choca sobretudo é a posição do sindicato, criar este alarme social, criar até, se calhar, uma situação em que deixa a senhora quase com uma incerteza ou quase que deixa a senhora aqui numa posição a entender que é a Câmara que a tem que a integrar, quando em boa verdade ela tinha um vínculo laboral com a empresa e é à empresa que deve pedir satisfações em primeira linha. Portanto, a mim choca-me muito isto, sobretudo a posição do sindicato e deixar a senhora realmente neste limbo. Em relação à Praça do Românico, ia brincar consigo Dr. Leonel, ia-lhe dizer que as propostas que aqui deixou me parece a mim que já as li algures numa ata de reunião de Câmara e ditas pelo senhor Presidente. Portanto, eu acho que temos de ser sérios, aquilo que aconteceu na Praça do Românico não foi uma perda de tempo, nem de dinheiro. Aquilo que ali está vai servir, obviamente as mesmas obras que estão ali de escavação e tudo isso vão servir para outro tipo de investimento. O que o senhor Presidente tem dito, e ele logo dirá que as palavras são dele é que tem um

Lousada
NE
RSP

projeto para ali, a questão é o cabimento orçamental, o tempo certo para isso para não ficarem esgotados os fundos comunitários e, portanto, esta opção de aguardar e esperar pela fase mais adequada e, sobretudo, em linha com aquilo que está acordado com os proprietários, também me parece uma gestão muitíssimo rigorosa. E, portanto, era isso que lhe queria dizer. E dizer-lhe, também, que não há mesmo ali qualquer tipo de desaproveitamento financeiro, porque os fundos foram reinvestidos em outras obras. E, ao contrário do que disse, se calhar, estamos até em posição, havendo incumprimento contratual do senhor empreiteiro, estamos até se calhar em posição é de pedirmos nós a indemnização. "Nós", quando digo "nós" é a entidade, o Município. -----

----- **Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** -----

----- «Muito boa noite a todas e a todos, com um cumprimento especial à senhora Presidente. -----

----- Começando por responder à senhora deputada, Ana Cristina Moreira, houve algumas dúvidas no início deste processo sobre o *modus operandi*, porque não pode ser por uma mera deliberação da Assembleia, aquando da aprovação do Orçamento ou do IMI. Temos de fazer um regulamento, a exemplo daquilo que fizemos para os incentivos fiscais para a captação de investimento que enquadre as situações e, portanto, estamos a trabalhar nisso e contamos a curto prazo de poder apresentar essa proposta na Câmara e depois aqui na Assembleia. Eu já assumi que vamos avançar com essas medidas e creio que até disse mais, que na minha ótica, a própria Assembleia Municipal poderia aprovar uma moção para enviar para a Assembleia da República, porque há uma necessidade imperiosa de atualizar o valor patrimonial dos prédios para efeito de isenção de IMT, porque já não são revistos há muitos anos. Como sabem, o valor de mercado dos imóveis subiu bastante e, por isso, atualmente poucos têm direito à isenção, porque os valores para esse efeito são demasiados baixos. Acho que devia haver uma atualização desse valor que consta do Código do IMT. E, portanto, aquilo que referiu, quer das taxas urbanísticas, quer do IMT, há de constar depois nesse regulamento, com os critérios, com os valores máximos, tendo de ser para residência permanente e uma única vez, para se evitar que a medida seja desvirtuada. -----

----- Relativamente à intervenção do Dr. Leonel Vieira, eu confesso que quando o oiço, a ideia que eu tenho, sinceramente, é de um catavento desorientado, que quer agradar a gregos e a troianos. Mas não é possível agradar a gregos e a troianos. No dossier dos resíduos, por um lado quer agradar à população em geral, dizendo que está a defender a saúde e o ambiente e a incutir a ideia, mais uma vez, de que foram depositados resíduos perigosos, quando já foi claramente esclarecido que não. Mas, por outro lado, quer defender os empresários que estão preocupados, porque agora querem depositar os resíduos e já não conseguem. Decida-se, ou uma coisa, ou outra! É óbvio que, a partir do momento em que aquele aterro deixa de ter condições para receber mais resíduos, os empresários

Leostho
N
LSD

de Lousada e todos os outros empresários aqui da região têm um problema, como é óbvio. Porque a única solução que têm para a maior parte dos resíduos é encaminhá-los para o aterro da Chamusca, que tem capacidade para os receber, mas o problema é o custo do transporte. Mas esse problema não é só de Lousada. Ainda há dias me deram nota da dificuldade dos empresários de Felgueiras, porque, efetivamente, essa solução aumenta os custos do transporte. Mas então qual é a solução? É que eu gostava de saber, que me dissesse qual é a solução? A Câmara de Lousada e esta Assembleia Municipal, criaram uma solução que não era eterna, era limitada no tempo, e tinha que ver com a capacidade daquele aterro. Essa capacidade esgotou-se e, portanto, é tão simples quanto isto. Ou o senhor acha que se deve construir outro aterro em Lousada ou ampliar aquele? E, aí já resolvia o problema, ou acha que não? Tem de se decidir. Agora, não pode é defender uma coisa e defender o contrário dela. Isso é que não tem qualquer sentido. Ou não percebeu que há aqui uma incongruência insanável? Portanto, não pode defender uma coisa e depois dizer: "Ah, mas coitados dos empresários que agora não têm solução e a culpa é da Câmara". Culpa de quê? Isto é um perfeito absurdo, nem tem noção daquilo que diz. Relativamente, àquela situação que referiu, nós enviamos na altura um ofício, não ao Ministro Galamba, porque ele não tutela o Ambiente, mas ao Ministro ou Secretário de Estado do Ambiente, para em função dessas declarações que tinham sido veiculadas na comunicação social pelo anterior Secretário de Estado João Galamba, para que se esclareça de uma vez o assunto e creio que ainda não recebemos resposta, mas vamos insistir para que depois possamos também transmitir aqui nesta Assembleia. E, portanto, relativamente a esta questão dos resíduos, eu sei que lhe dá jeito tentar confundir os Lousadenses, mas acho que esta história, enfim, já cansa. -----

----- Relativamente à cantina, mais uma vez um total desnorte, ao dizer que a Câmara está muito insensível... Quem o ouviu, até parece que a questão legal não deve ser a principal preocupação de quem tem o exercício de funções públicas! E, a si, fica-lhe muito mal, porque já foi candidato a Presidente de Câmara por três vezes e, ao que consta, até quer ser uma quarta vez! Fica-lhe muito mal. Uma pessoa que foi candidato a Presidente de Câmara três vezes, a desvalorizar as questões legais! As questões legais são uma das nossas principais preocupações e o nosso principal tormento, porque mesmo cumprindo com todas as regras, há sempre alguém que acha que a Câmara não as cumpriu e, portanto, todos os cuidados são poucos, sobretudo quando se trata da vida das pessoas e a admissão de um trabalhador para um quadro de pessoal de uma Câmara mexe com a vida das pessoas. E uma irregularidade ou ilegalidade pode gerar a nulidade do contrato, com consequências gravíssimas, não só para os trabalhadores, mas para quem também autoriza essa contratação. Conforme foi esclarecido na comunicação social e também ao sindicato, que, entretanto, recebeu uma resposta, não existe, nem nunca existiu qualquer contrato de concessão com aquela empresa. A Câmara recorreu a um acordo quadro da CIM para aquisição de bens. E, portanto, foi aquela

empresa que ganhou, inclusivamente, creio que o concurso era anual. E, nós no ano passado, no ano letivo anterior, fomos desafiados pelo Agrupamento, pela senhora Diretora do Agrupamento, para fazermos uma experiência na EB`S de Nogueira, porque, enfim, as coisas não estariam a correr como era desejável e, como havia também a experiência por parte desse Agrupamento, a experiência comparativa sobre a diferença que existia em termos de qualidade nas outras cantinas que eram geridas diretamente pela Câmara, fomos desafiados a assumir essa cantina. E, curiosamente na altura, a mesma empresa que até então estava a prestar aquele serviço não colocou qualquer problema, há um ano. E, o certo é que nós assumimos essa cantina de Nogueira, e correu tão bem que agora a mesma Diretora desafiou-nos a assumir também a cantina de Lustosa para haver ali um outro tipo de resposta, um serviço com mais qualidade. Naturalmente, para nós é uma carga de trabalhos, porque não imaginam a dificuldade que é a contratação de bens alimentares, desde as frutas, as carnes, o peixe e todos os outros produtos, em que nada pode falhar. E a questão do pessoal, gestão das ausências, das baixas, tudo isso é muito complicado para nós. É muito mais tranquilo, muito mais simples, entregar às empresas, como é óbvio, sobretudo para o setor da educação e ali para o senhor Vereador da Educação. Mas não somos insensíveis como o senhor diz, antes pelo contrário. Nós queremos o melhor possível para a nossa comunidade educativa e, por isso, apesar desses problemas, dissemos: "Ok, se assim é, vamos em frente" e assumimos a cantina. Nunca nos passou pela cabeça que viéssemos a ser confrontados com este problema, até porque já tínhamos essa experiência do ano passado e a empresa não colocou problema nenhum. E, portanto, quando o problema nos foi colocado, naturalmente que quisemos esclarecer o assunto com o Gabinete Jurídico e, entretanto, lemos cuidadosamente também aquilo que eram as alegações do Sindicato, que alega uma determinada diretiva europeia e determinada jurisprudência, mas há uma grande nuance é que essa jurisprudência se refere às cantinas universitárias, em que a lógica é completamente diferente. E, inclusivamente mandaram-nos um parecer da própria Comissão de Coordenação da Região Norte, que se calhar não leram, porque o parecer da Comissão vai em sentido contrário àquilo que o Sindicato defende. E, portanto, a própria Comissão diz que aquela diretiva não é aplicável e que, portanto, as câmaras não têm condições para admitir esses trabalhadores, não será legal. Mas eu posso reproduzir aquilo que são as conclusões desse dito parecer que é de 15/09/2020, que diz o seguinte, nos três pontos da conclusão. -----

----- *"Primeiro ponto: Tal como tem entendido esta Direção de Serviços, o fornecimento de refeições escolares gratuitas ou a preços comparticipados, previsto no Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, é uma competência do Órgão Executivo dos Municípios, no âmbito da atribuição que os mesmos possuem no domínio da educação, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. -----*

----- *Ponto 2: Assim, ao contrário do que sucede no caso apreciado no Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11/09/2019, em que as*

leastr
N
15/9

cantinas das Universidades funcionam numa lógica de mercado, correspondente ao exercício de uma atividade económica submetida às regras do direito privado, nos Municípios o fornecimento de refeições escolares decorre de uma imposição legal, pelo que constitui uma prerrogativa de interesse público que os Municípios têm de assegurar. -----

-----Ponto três: Nesta conformidade, no caso presente, não nos parece que seja aplicável a Diretiva 2001/23/CE, do Conselho de 12 de março 2001 e, concomitantemente, o artigo 285.º do Código do Trabalho, pelo que não ocorre a consequente transmissão para o concedente da posição jurídica que o concessionário detinha nos contratos individuais de trabalho celebrados com os trabalhadores dos refeitórios escolares.” -----

----- Perante isto, não há dúvidas. Aquilo que na minha perspetiva devia ter acontecido, mas eu não sou gestor da empresa, é eventualmente tentar recolocar a senhora noutra escola, até porque têm contrato connosco, por exemplo, na escola secundária. Ou, no limite, se não houver outra solução, pagar-lhe os direitos. E a senhora, pelo menos, ficaria com a sua situação regular junto do Centro de Emprego e podia beneficiar do subsídio de desemprego. Ao que parece, nem isso aconteceu, pelo que eu sei das notícias, porque a senhora nunca veio falar comigo, foi para o Tribunal do Trabalho e agora o Tribunal do Trabalho vai ter de decidir isso. Mas, enfim, acho que há aqui muita precipitação. É, um aligeirar de responsabilidades, um sacudir a água do “capote” por parte da empresa, o que não me parece correto. -----

----- Por fim, a Praça do Românico. Aquela sugestão que aqui deixou, qualquer um a tem, não é? Não é preciso ir a Coimbra. É óbvio que aquilo não pode ficar assim. Aproveitando a escavação, faz-se um parque de estacionamento e põe-se uma praça por cima. Mas nós estamos a estudar o assunto para ver se podemos ir mais além do que isso, porque isso é óbvio, é o mínimo que pode ser feito, mas vamos por partes. O que é que o senhor teria feito no nosso lugar? Nós tivemos à espera da aprovação das candidaturas. Antes disso era impossível prosseguir com aquele investimento, porque volto a lembrar, aquela obra tinha dois financiamentos, tinha um financiamento que foi conseguido através de uma candidatura da Associação de Municípios ao Património Cultural, e essa atrasou muito, e só quando foi possível avançar com essa candidatura é que pudemos avançar com a nossa, porque a obra só podia avançar no seu conjunto, com um agrupamento de entidades adjudicantes. Uma parte era uma empreitada promovida pela Câmara, outra parte era promovida pela Associação de Municípios, mas num só procedimento. A nossa não podia ter arrancado mais cedo, sem a outra componente estar aprovada, porque tinha de haver recursos para pagar a obra. E, portanto, já estávamos muito limitados no tempo quando abrimos o concurso e até correu bem porque o concurso não ficou deserto, tivemos propostas e adjudicamos a obra. E, depois de adjudicarmos, lembro-me perfeitamente da conversa que tivemos com o empreiteiro, no dia da consignação, informando que não havia margem para derrapagens no tempo, não havia margem para prorrogações. Já sabíamos quando é que o quadro

leas tra
Ak
P. SB

comunitário acabava e apelamos. Foi-nos garantido que tinham capacidade, que não havia problema nenhum, que nós podíamos estar sossegados. O certo é que com o decorrer da obra deparamo-nos logo com problemas e atrasos sucessivos. E, tivemos de estancar o problema, porque se não tivéssemos estancado o problema, nós tínhamos agora uma situação grave para resolver. Íamos ter um edifício, porventura com a estrutura ao alto, por acabar, e íamos ter de devolver os fundos comunitários. Íamos andar entretidos durante anos no Tribunal a pedir responsabilidade ao empreiteiro. Vamos fazê-lo na mesma, mas a ordem de grandeza é completamente diferente. Já foi aprovado na última reunião do Conselho Diretivo da Vale Sousa e será também apresentada uma proposta na próxima reunião com a conta final e com o pedido de indemnização dos prejuízos que a Câmara teve com este processo, nomeadamente a questão da fiscalização, a questão do projeto, etc. -----
----- Relativamente, à obra em si, o que nós vamos pedir é que esses danos possam vir a ser contabilizados no futuro. Ou seja, nós temos aqui uma componente de 185 mil euros, que é de escavação. Se a Câmara, porventura, em abstrato, não tivesse condições para recuperar, ou melhor, para aproveitar aquela escavação que lá está feita e tivesse de colocar terra, ia ter um custo e, portanto, era justo que o empreiteiro também fosse condenado a ter de indemnizar a Câmara por esse custo. Mas se o projeto for aquele que o senhor aqui propôs, naturalmente que é investimento que já está feito, porque a escavação já está feita, não é? Portanto, essa parte vai ficar em aberto, a apurar depois. Vai ser apresentada essa proposta na reunião de Câmara. Temos cauções prestadas a nosso favor e a Câmara não vai ter outro prejuízo que não seja o de não ter conseguido realizar aquela obra e no timing que desejava. Naturalmente que, tendo acabado este quadro comunitário, nós agora temos de adequar o projeto para aquilo que é a realidade do novo quadro comunitário. Portanto, o projeto, tal como estava concebido, não encaixa nas exigências deste quadro comunitário, que são muito maiores ao nível daquilo que é o *tagging climático*. Vamos ter de reformular o projeto e adequá-lo às exigências deste novo quadro comunitário. O senhor disse que a Câmara ia fazer um multiusos por baixo e uma praça por cima, não era um multiusos. No fundo, eram duas praças, uma coberta e uma descoberta. No patamar inferior um espaço coberto, aberto apenas de um dos lados. Poderia servir para diversos fins, mas nós não lhe chamamos multiusos. Quando nós falamos em multiusos, pensamos noutro tipo de espaço, com capacidade e medidas oficiais para as modalidades desportivas, com condições e capacidade para eventos culturais, etc. Eu vou tentar ser cauteloso naquilo que vou dizer, para depois você não vir mais tarde para aqui dizer que eu prometi não sei o quê e que depois não consegui. Aquilo que eu quero dizer é que neste momento nós estamos a estudar a viabilidade, sobretudo financeira, de podermos avançar com o investimento que queremos fazer e deixar condições para futuramente, numa segunda fase e se assim for entendido, acrescentar um multiusos. Nós temos uma estimativa de que para fazer um multiusos seriam necessários cerca de 12 milhões de euros, o que é

leastro
R
ilab

impensável para a nossa realidade. E, portanto, a ideia aqui é verificar até que ponto é que será possível nós construirmos o dito estacionamento que o senhor referiu, acoplando a loja do cidadão, tirando partido desse estacionamento, e a dita praça por cima, mas deixar condições do ponto de vista estrutural para que, no futuro, se houver condições financeiras para isso, ser possível depois completar com um multiusos em cima. Ainda não temos a certeza se isso é possível, ou não, mas estamos a estudar essa possibilidade. -----

----- Aquilo que o senhor foi ali dizer é óbvio e é o que vai ser feito. Aliás, eu já disse isso, inclusivamente numa reunião de Câmara. Mas estamos neste momento, enfim, a estudar todas as possibilidades. É um dos primeiros projetos que nós queremos avançar, já no próximo quadro comunitário. Se for possível, era aquilo que nós gostaríamos de fazer, se não for, vamos ser mais comedidos e fazer apenas aquilo que o senhor ali veio propor. -----

----- Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta relativamente à questão da mobilidade, nós temos vindo a resolver paulatinamente todos esses problemas que vão sendo identificados. Relativamente às passadeiras, eu acho que não é uma questão de estudo, é uma questão de consciência cívica. Nesse caso que referiu de Nogueira, a mesma pessoa que andou, vezes sem conta, a falar comigo, a pedir para que fosse lá colocada a passadeira, porque era um perigo, porque a velocidade lá era exagerada, foi a mesma que pediu depois para a remover. E não foi por falta de aviso, porque eu fui dizendo aquilo que digo a todas as pessoas que me pedem passadeiras sobrelevadas, ou seja, que elas não deviam existir. Elas só existem porque não há civismo e, quando são colocadas, temos de ser muito cautelosos e muito criteriosos, porque são obstáculos permanentes que ficam na via. E, costumo dar um exemplo, imaginem o que é alguém ter de ir de urgência para o hospital, se existissem centenas ou milhares de coisas destas, que era aquilo que existia se nós disséssemos sempre que sim, daqui até ao hospital, uma ambulância em marcha de urgência sempre aos saltinhos, portanto, não pode ser!... Por isso, temos uma visão sobre este assunto cada vez mais restritiva. Vamos colocar agora na escola secundária, mas em bom rigor não devia ser necessário, não é? Muitos de nós vimos um vídeo em que andava alguém a fazer piões na própria rotunda. Quer dizer, vamos colocar também lombas na rotunda? Ou seja, é um problema de civismo e de educação. Ainda por cima com a GNR tão próximo! Ao que parece, a GNR conseguiu identificar o condutor. Mas o certo é que, enfim, estamos sujeitos a esse tipo de situações e ali, como é uma escola vamos colocar. Até vamos, pela primeira vez, colocar aquelas que são de aparafusar. Têm uma vantagem uma vez que os pesados conseguem passar sem a pisar. Em Nogueira, a mesma pessoa que pediu e insistiu foi a mesma que depois insistiu para a retirar, porque não conseguia dormir. E eu tinha avisado, não sei quantas vezes. Os veículos pesados fazem um barulho enorme, quando passam descarregados nas lombas, e quando existem casas por perto as pessoas não conseguem dormir, com a trepidação e o barulho. Esses tipos de passadeiras não deviam existir. Relativamente às passadeiras normais, também temos de ter

muito cuidado porque, a nível nacional, são dos locais onde há mais atropelamentos. E muitas das vezes, elas criam uma falsa sensação de segurança, porque as pessoas pensam que estão ali a passar à vontade e não estão. E, portanto, elas só devem ser colocadas onde efetivamente há necessidade, sobretudo nas zonas urbanas, onde haja muita visibilidade e têm de estar muito bem sinalizadas. Mas quando queremos anular alguma, porque achamos que não é o ideal, não imaginam a pressão que temos para que ela não seja anulada. Não é fácil. O que eu acho é que este problema deve ter outras soluções. Naquele caso que referiu, por exemplo, naquele cruzamento da 605, não creio que os semáforos resolvam o problema. O que eu acho que podia mesmo resolver o problema, era se as Câmaras Municipais tivessem competência para fiscalizar a velocidade. Seria muito mais fácil. Nós instalamos há dias uma série de câmaras, aliás nas redes sociais estavam a questionar se eram radares, mas não são radares. Mas têm capacidade para um dia serem radares. Foi uma candidatura diretamente a Bruxelas que apresentámos em parceria com outras entidades nacionais e instalamos essas câmaras que vão fazer o controlo do tráfego. Vamos ter dados objetivos de mobilidade, nomeadamente quais são as ruas que têm mais pressão, quanto tempo é que as pessoas ficam cá, se é só passagem, se vêm de manhã e vão à noite, etc., através das matrículas, mas respeitando a proteção de dados, e elas têm capacidade técnica para serem usadas para outros fins, se um dia as Câmaras Municipais tiverem essa competência legal para fiscalizar a velocidade. E parece-me que será a única forma de nós, efetivamente, resolvermos esses problemas, sem prejuízo para os moradores desses locais, onde essas velocidades excessivas se verificam. -----

----- Relativamente à preocupação que referiu dos animais, pois também é nossa preocupação... Isso que referiu de se esterilizar as fêmeas e as devolver é o que nós fazemos com os gatos, mas com os cães não é legal. Todos nós vimos há dias uma Junta de Freguesia nas redes sociais anunciar que adotou um cão. O problema é que, às vezes, essas aventuras custam muito caro. Imagine o que seria termos 200 ou 300 cães adotados pelo Município pelas ruas do nosso concelho e a responsabilidade que daí poderia advir para todos nós, nomeadamente em caso de acidentes. Não me parece que seja a solução. Mas o problema existe, e existe a partir do momento em que a lei foi aprovada, como foi. Todos sabíamos que era uma questão de tempo, não é? Agora nem tudo é dramático, nós temos conseguido resultados muito promissores, temos conseguido um incremento brutal em termos de adoções e sempre que há uma adoção, nós assumimos a esterilização e tem de ser por aí. Eu percebo a sugestão, mas do ponto de vista legal, não vemos enquadramento.» -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra ao Sr. Vereador ANTÓNIO AUGUSTO, Partido Socialista. -----

-----**Intervenção do Sr. Vereador da Câmara Municipal, ANTÓNIO AUGUSTO, Partido Socialista:** -----

-----«Posso acrescentar só uns números. Nos últimos dois anos, promovemos cerca de 550 adoções e cerca de 524 esterilizações (não tenho a certeza, exatamente, dos números), de canídeos e gatídeos, diretamente, através do nosso CROA ou com a colaboração das Associações Lousada Animal e o Cantinho da Zé, mas suportadas financeiramente pelo Município. Tem sido um esforço enorme de todas as partes. Simultaneamente, assistimos a um grande abandono de animais. Gradualmente, a situação pode vir a melhorar já que todos os animais que passam por este processo de adoção têm chip, colaborando também a autarquia nesta colocação, o que dificulta no futuro o seu abandono, já que os abandonantes são facilmente identificados. Portanto, este é um trabalho que tem de se manter, tem de se manter este esforço, mas que demorará ainda algum tempo a dar os seus frutos.» -----

-----**continuação da resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:** -----

-----«Acrescentava apenas que o Sr. Vereador chegou a fazer um contato com um grupo de deputados, a sugerir que a lei fosse alterada para permitir, justamente, isso que o senhor estava a propor, ou seja, que as Câmaras Municipais possam recolher esses animais e os possam esterilizar e devolver. Mas não temos feedback, mas podemos aprovar um dia destes uma moção e enviamos para a Assembleia da República.» -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----Finalizadas as intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando a palavra aos Membros da Assembleia Municipal PRESENTES, com os seguintes pontos a deliberar: -----

1. -----Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

-----**Intervenção do Membro Municipal FAUSTO OLIVEIRA, Presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, da Coligação Acreditar Lousada:** -----

-----«Boa noite a todos, novamente. -----
-----Eu não quero mesmo massacrar esta Assembleia com esta discussão, mas queria só responder ao Sr. Deputado, João Fonseca, que aqui me foi interpelar, dizendo duas coisas, muito simples em abono da verdade. Ponto número um, a situação de um desentendimento entre o

Município e o Sr. Sidónio, é mais do Sr. Sidónio com o Município, não do Município com o Sr. Sidónio, com a família do Sr. Sidónio, que é o que está em causa. Portanto, havia efetivamente uma situação que foi sempre relatada e o Sr. Presidente da Câmara, sabe isso. Foi em todas as reuniões falado e, sabida dessa situação, ponto número 1, para esclarecer. -----

----- Relativamente a outros assuntos, relativamente ao processo, só queria informar esta Assembleia que este problema que aconteceu, efetivamente, teve uma solução, no meu ponto de vista muito boa na perspetiva em que daí resulta um benefício público que era sempre o interesse desta União de Freguesias acautelar, um passelo a ser construído na Rua da Coutada, em que de facto a Junta de Freguesia teve que contribuir financeiramente para conseguirmos esse valor e, também agradeço à Câmara Municipal, o empenho que teve na solução para que isso assim fosse. E, portanto, quando o interesse público se sobrepõe, eu acho que todos nós devemos ficar contentes. O que está na origem disto, de facto não foi uma situação muito vantajosa, não foi uma situação muito boa. Todos nós que andamos a trabalhar estamos sujeitos a essas situações e, portanto, a Junta assumiu as suas responsabilidades neste processo. Muito obrigado.» -----

----- **Intervenção da Membro Municipal, ALICE VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** -----

----- «Antes de mais cumprimento a Mesa da Assembleia, todo o executivo na pessoa do Sr. Presidente, os meus colegas deputados, os Presidentes de Junta, a comunicação social, o público aqui presente, bem como todos os lousadenses que nos acompanham via online. Primeiro, venho dizer que a coligação concorda com a atitude de tentar resolver a situação do problema habitacional. Mas, gostaria de questionar, primeiro sobre o ponto de situação dos concursos públicos das empreitadas de construção de edifícios de várias moradias para arrendamento acessível. Se daqui a um ano ou dois, quais são os critérios do executivo para que o cidadão precise obter possível adjudicação de casa? E, se é, para qual cidadão residente ou irá ser restrito estas adjudicações? Obrigada.» -----

----- **Intervenção de LEONEL VIEIRA, Coligação, Acreditar Lousada:** -----

-----«Relativamente à minha primeira intervenção e, após ouvir atentamente os esclarecimentos que nos foram prestados pelo Sr. Presidente de Câmara, cumpre-me dizer o seguinte, Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao aterro da Rima, se hoje os empresários de Lousada, não tem onde depositar os lixos de resíduos banais, resíduos não perigosos, a responsabilidade é da RIMA e da Câmara Municipal de Lousada que foi cúmplice, porque autorizou ou deixou passar, deixou entrar naquele aterro milhares de toneladas de lixo proveniente de Itália, que obviamente que lotaram aquele espaço e, hoje não é possível fazer o depósito desses resíduos banais dos empresários de Lousada e, não só, porque, efetivamente já não há espaço. A Câmara, não soube, atempadamente, estar atenta e resolver e, pelos vistos também não sabe, mas quero que saiba, Sr. Presidente, que o senhor foi eleito Presidente da

Câmara para fazer, foi eleito para resolver. Por isso não tem desculpas, tem mais é que resolver a situação, porque é à Câmara Municipal que cabe responder e resolver esse assunto, não é seguramente a oposição que nós não fomos eleitos para gerir os destinos do concelho. -----
----- Relativamente ainda ao aterro quero dizer que, obviamente, que aguardamos a resposta do Sr. Ministro Dr. João Galamba e também dizer Sr. Presidente de Câmara, que propusemos ou propus aqui nesta reunião, nesta sessão, numa anterior sessão que a Câmara realizasse análise aos piezómetros para de uma vez por todas dissiparmos qualquer dúvida para percebermos se efetivamente os resíduos são perigosas ou não, porque se forem perigosos como aqui já defendemos, o aterro tem que ser imediatamente encerrado. Esta é e continua a ser a minha e a nossa posição. Agora Sr. Presidente, se me permite dois ou três assuntos na área da saúde que eu gostaria de abordar aqui perante esta Câmara. E, quero que saibam que eu quando nesta Assembleia apresento propostas, recomendações ou sugestões, ou até quando faço denúncias sempre fundamentadas, por norma não deixo cair os assuntos, acompanho-os. Na sessão desta Assembleia de 24 de fevereiro, do presente ano, denunciei o facto de nós lousadenses estarmos a ser prejudicados pelo Ministério da Saúde, porque nos foi retirado em 2011, o protocolo que nos permitia ter a funcionar no Hospital da Misericórdia de Lousada, o SAP, serviço de atendimento permanente durante a noite, entre as 20 horas da noite e as 8 da manhã; aos feriados e aos fins de semana, tal como hoje ainda está disponível e a acontecer no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, em Felgueiras, no da Misericórdia no Marco de Canaveses e, também no Hospital Privado de Riba de Ave, em Famalicão, que, ao contrário do que tinha sido anunciado, mantiveram o protocolo e o apoio financeiro do Ministério da Saúde. Relembro, a propósito, o que proferi na sessão de 24 de Fevereiro, "os utentes de Felgueiras, Famalicão e Marco de Canaveses, se precisarem de recorrer às urgências destes hospitais durante a noite, aos feriados e aos fins de semana, não pagam nada ou pagam apenas a taxa moderadora, a contrapartida, neste caso para os cidadãos de Lousada, se precisarem do mesmo serviço são atendidos no Hospital de Lousada, mas têm que pagar 30€ ou se não tiverem dinheiro, têm que se deslocar a Penafiel ao Hospital do Tâmega e Sousa, Hospital Padre Américo entupir as urgências e esperarem 4, 5, 6, 7 horas ou mais para serem atendidos". Fim de citação. Entretanto, o Sr. Presidente da Câmara, recordo, ficou de contactar o Ministério da Saúde para que esta injusta e intolerável decisão do Governo seja revogada para que os cidadãos de Lousada, possam usufruir dos mesmos serviços e dos mesmos direitos que os cidadãos que são servidos pelos hospitais de Felgueiras, Marco de Canaveses e de Riba de Ave. Pergunto-lhe, então, Sr. Presidente da Câmara, que contactos promoveu? Que respostas e resultados obteve? Aparentemente tudo continua igual, os lousadenses continuam a ser prejudicados pelo Governo Socialista, pois a injustiça mantém-se. Reafirmo, Sr. Presidente da Câmara, queremos respostas, queremos justiça, há mais de 12 anos que a população de Lousada está a ser prejudicada, porque não temos serviço de urgência

leasta
N
12/20

permanente à noite e aos fins de semana e aos feriados como têm os utentes dos concelhos de Marco Canaveses, Felgueiras, Paços de Ferreira e outros, este é o primeiro assunto. Outro assunto, na área da saúde, que também nos preocupa, nós PSD-CDS/PP e, seguramente aos lousadenses, tem a ver com as novas Unidades Locais de Saúde e, as possíveis consequências para o Hospital da Misericórdia de Lousada. Como sabem, é público, o Ministério da Saúde comunicou que vai criar ULS (Unidades Locais de Saúde), sendo que uma delas ficará a funcionar aqui na nossa Região do Tâmega e Sousa. Não tenho a certeza que seja a melhor decisão para resolver os problemas da área da saúde. Em termos de redução de custos, não é seguramente a melhor solução, porque como sabemos um utente no atual sistema do Serviço Nacional de Saúde, tem um custo anual de aproximadamente 650€, quando nas ULS, o seu custo ronda os 1.000 € por ano, quase o dobro. Mas como estamos a falar de saúde e bem-estar de todos nós, o preço não é o que mais me preocupa, a mim, seguramente e, também quero acreditar, não tenho dúvidas, a todos nós importante é que o sistema de saúde funcione efetivamente para que todos possamos ter melhor qualidade de vida. Mas vamos aguardar pela implementação das novas do ULS e, depois veremos se é efetivamente uma boa solução. Também espero que este novo poder intermédio no Serviço Nacional de Saúde não sirva apenas para criar mais uns lugares políticos, muitos deles ocupar por autarcas socialistas que daqui a 2 anos vão deixar os seus cargos devido à limitação dos mandatos. Na nova ULS, aqui para o Vale do Sousa e Tâmega, enquanto lousadense preocupa-me o futuro, primeiro dos utentes de Lousada e, depois o futuro do Hospital da Misericórdia de Lousada. Atualmente, o nosso hospital é parceiro da ARS e, por força dessa parceria, aqui atende milhares de utentes de Lousada e de outros concelhos próximos, utentes provenientes da ARS, que são fundamentais para o funcionamento e para a sustentabilidade do Hospital de Lousada. A parceria entre o Ministério da Saúde e a Misericórdia de Lousada é fundamental para a sustentabilidade do hospital, mas também para garantir o regular funcionamento do setor social da Misericórdia Lousada. Mais, enquanto o hospital mantiver as receitas que hoje consegue, é possível que a Santa Casa da Misericórdia de Lousada, funcione em pleno noutras valências, na área social, nomeadamente, nos lares idosos, atendimento ao domicílio e outras valências sociais. Mas, no dia em que as receitas do hospital reduzirem consideravelmente todo o projeto da Santa Casa da Misericórdia de Lousada tem de ser repensado com custos laborais e sociais gravíssimos. Assim, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lousada, é fundamental para Lousada, para os utentes de Lousada que o Hospital da Santa Casa da Misericórdia continue integrado na rede de cuidados de saúde a estabelecer pela ULS que se prevê criar. À Câmara Municipal de Lousada exige-se que esteja à altura deste desafio, garantir que os utentes de Lousada possam ser atendidos aqui em Lousada e que o Hospital da Misericórdia possa continuar a parceria com o Serviço Nacional de Saúde. Está em causa o concelho de Lousada, os utentes de Lousada, a Misericórdia de Lousada e, também não menos importante centenas de

leastro
N
VSP

postos de trabalho, de mão-de-obra qualificada. Hoje, a Misericórdia de Lousada é talvez o segundo maior empregador do concelho de Lousada, a seguir à Câmara Municipal. Estamos, atentos e, esperamos Sr. Presidente da Câmara, que assuma por inteiro a defesa de Lousada, dos utentes de Lousada e, da grande instituição de Lousada, que é a Santa Casa da Misericórdia. Senhor Presidente de Câmara, um outro assunto e mais um problema na área da saúde, falta de médicos de família continua em Lousada. Senhor Presidente da Câmara, no início do ano, foi anunciado por Vossa Excelência e pelo Sr. Diretor do ACS, que viriam para os nossos Centros de Saúde, médicos suficientes para os mais de 600 utentes que estavam sem médico de família. Efetivamente vieram alguns médicos, mas não os suficientes, há ainda muitos utentes sem médico de família, sendo que a situação mais preocupante acontece no Centro de Saúde de Caíde Rei. Grave é também o tempo de espera para agendamento de consultas. Quem hoje pretender marcar uma consulta no Centro de Saúde de Caíde de Rei, será atendido no final de janeiro do próximo ano, mais de 4 meses para ter uma consulta, é uma vergonha, mas isto não acontece apenas no Centro de Saúde de Caíde de Rei. A falta de médicos em Lousada é da responsabilidade do Ministério da Saúde, mas também da Câmara Municipal de Lousada, sim, como já aqui referi em sessões anteriores, a Câmara Municipal de Lousada, a partir do momento que aceitou assumir competências na área da saúde, tornou-se solidariamente cúmplice com tudo o que se passa no setor da saúde em Lousada, incluindo quando não há médicos de família. Aliás, o Sr. Vereador da Saúde, Dr. Nelson Oliveira, em junho, na sessão desta Assembleia afirmou e demonstrou que também assumiu competências na contratação de médicos. A propósito, vou citar, o Vereador da Saúde, Nelson Oliveira e, passo a citar: "já fui, por exemplo, duas vezes a Lisboa para tentar desbloquear algumas situações, para dar nota das dificuldades, precisamente em Caíde e, é certo que depois resultou, os médicos efetivamente chegaram". Ou seja, concluímos nós, que o Sr. Vereador da Saúde, controla e participa no recrutamento de médicos para o Centro de Saúde de Lousada. Com ímpeto de controlador que já lhe é reconhecido, estou certo de que não vai demorar muito tempo para que o Sr. Vereador da Saúde, Dr. Nelson Oliveira, assuma competências no agendamento de consultas no Centro de Saúde de Lousada, principalmente para os utentes que reclamem nas redes sociais pela falta de médicos, esses seguramente não vão esperar 4 meses por uma consulta, mas talvez apenas 4 dias. Só espero que não seja necessário cartão rosa para ter acesso a uma consulta e a um tratamento. Não há dúvida que a Câmara Municipal de Lousada, acabou de assumir por inteiro a gestão do Centro de Saúde de Lousada, na gestão dos equipamentos, na gestão dos funcionários e, também na contratação dos médicos. E, estou certo de que a partir de agora nunca mais faltarão médicos em Lousada e, que os cuidados de saúde dos cidadãos de Lousada está mais do que assegurado. Já que aceitaram assumir por inteiro tamanhas responsabilidades, estaremos todos atentos ao vosso desempenho. Aguardamos, para muito breve, médicos de família para todos os

leaste
N
VSA

lousadenses e nunca se esqueçam a saúde dos nossos concidadãos tem de ser a nossa e a vossa prioridade, disse.» -----

-----**Intervenção do Membro Municipal, SÓNIA OLIVEIRA, Partido Socialista:** -----

----- «Senhora Presidente da Assembleia, senhora e senhor secretários, senhor Presidente de Câmara, senhora e senhores Vereadores, caros colegas desta Assembleia, público e comunicação social. A Dra. Ana Cristina começou a recuar há um ano, eu vou recuar há dois. Há dois anos, os lousadenses foram chamados às urnas, livremente e fazendo uma avaliação ao trabalho efetuado pelo executivo liderado pelo Dr. Pedro Machado, escolheram sem sombra de dúvidas dar a maior vitória de sempre ao PS em eleições autárquicas em Lousada. Uma maioria fortalecida com mais um Vereador, mais membros da Assembleia Municipal e mais Juntas de Freguesia. A vitória foi justa, porque desde sempre houve a capacidade de discernir um trabalho sério, rigoroso e sustentável, mesmo que para isso tivéssemos que ainda continuar a atravessar consequências dramáticas de uma Pandemia Mundial que, em Portugal, infelizmente iniciou mesmo aqui na nossa região. Ao fim destes dois anos, podemos fazer um balanço, fracamente positivo. Muita coisa tem sido feita, mas estando nós a sair aos poucos da referida pandemia e ainda com uma crise inflacionista que nos está a afetar a todos. Para além da ação do Município, a que já lá vamos, tem sido muito satisfatório ver a continuação dos agentes económicos privados a apostar na nossa terra. Falo, por exemplo, na área habitacional em que Lousada tem manifestado um crescimento muito acentuado e, muito importante, distribuído pelas diversas freguesias e não se cingindo ao seu centro urbano. Os agentes imobiliários têm sido unânimes em confirmar que Lousada consegue captar novos residentes, cada vez mais, devido às condições que tem vindo a proporcionar, seja na área da educação, do desporto, da cultura, mas também pelas excelentes acessibilidades que proporciona. A vinda de empresas de renome, tão necessária que é, também tem sido uma realidade, nomeadamente na área da indústria, mas também na área dos serviços como foi o recente caso da entrada do grupo CUF em Lousada que, em comunicado e, passo a citar, "A CUF contribuirá para o desenvolvimento socioeconómico destes concelhos e região que por si só é já muito dinâmica e dispõe de recursos humanos muito qualificados". Tem sido, também, recorrente a abertura de pequenas e médias empresas culminando nos recentes dados em que o Rendimento Médio Anual dos Lousadenses aumentou de forma substancial, ultrapassando já os concelhos de Amarante e Marco de Canavezes, ficando a par de Paços de Ferreira. Em relação à Zona Norte, a aceleração do rendimento foi maior, que a verificada a nível nacional. Sabemos que estes dados são muito importantes. Não podemos negar que vivemos numa região que vinha a ter muitas dificuldades em relação ao panorama nacional e estamos a conseguir progredir de forma mais marcada, comparativamente ao resto do país. Mas se há marca que temos deixado uma grande ideia positiva é na Educação. Contrariar a tendência de

lcastro
N
PSD

descida, o número de crianças inscritas no ensino pré-escolar nas escolas públicas do concelho sobe de uma forma sustentada desde o ano letivo 2018/2019. A qualidade do ensino, do pessoal docente e não docente, da tipologia das instalações, os planos de atividades extracurriculares, a oferta de emprego, a qualidade de vida do concelho e as acessibilidades são, com certeza, fatores decisivos neste dinamismo. Dito de outra forma, Lousada é um concelho cada vez mais atrativo para viver e cada vez os pais têm mais confiança no trabalho que se tem feito, aliás, pessoalmente convivendo com agentes educativos de várias regiões até de vários pontos do país, posso confirmar, sem a menor dúvida que Lousada é, seguramente, um exemplo a seguir no âmbito da Educação. Basta percebermos o valor do investimento no nosso Parque Escolar para reconhecermos o mérito desta ação. Enquanto outros concelhos ainda estão a negociar verbas para conseguirem fazer obras nas escolas, as nossas já estão no terreno em alguns casos até terminadas. A aposta na remodelação das Escolas em todo o concelho tem absorvido muitos recursos, mas era fundamental. Já se sabe que com tanto volume de obra em tantas escolas, há sempre situações que merecem correção ou mais atenção, mas no cômputo geral, este ano escolar abre com mais tranquilidade e com melhores condições para todas as comunidades educativas do concelho. Não só é verdade esta realidade, como também bem visível aposta no setor social, mas um setor social que ajuda todos e não apenas uma parte. Exemplo disso é o esforço claro que começa a vislumbrar-se no reforço tão necessário às vagas para creche, com a construção em curso da nova creche em Caíde de Rei e com o concurso já adjudicado em Meinedo e bem como o início do procedimento concursal para a construção de uma nova creche no terreno da EB 2/3 de Lousada em Cristelos. A par disso, há também o novo lar em Nevogilde que conseguirá dar resposta a muitas dezenas de idosos, numa área tão fundamental como é esta, a geriatria. Por outro lado, na habitação, temos vindo a dar os passos necessários para que brevemente existam soluções mais em conta para a classe média. Os concursos públicos estão em curso e há intervenções a fazer nas diversas freguesias do concelho. Estamos certos de que este é um caminho adequado e que futuramente deverá ser ainda mais evidente com a aposta em múltiplas intervenções que são, ainda, necessárias. No entanto, caríssimos, grande parte do programa eleitoral deste executivo encontra-se já cumprido, e estamos ainda vamos a meio do caminho! Senão vejamos, do referido programa sufragado nas urnas, e ao qual temos de que responder, já se executou grande parte: -----

- Generalizamos os serviços online do Município promovendo maior celeridade e simplificação como é o caso de reconhecido sucesso do Urbanismo e também a nova plataforma da Educação; -----
- Estamos a reformular todo o serviço de atendimento ao munícipe; -----
- Estamos a construir a Área de Acolhimento Empresarial em Caíde de Rei; -----
- Promovemos a criação do Centro de Formação Profissional Tâmega e Sousa, obra já apresentada publicamente, e abrimos a nova Academia

lousada
N
RSP

de Formação na antiga Associação Industrial; -----

→ Investimos muito e de forma muito acentuada na reabilitação das nossas escolas, como é o exemplo das várias escolas do primeiro ciclo, das escolas Básica e Secundária de Nevogilde e Lustosa, e na EB de segundo e terceiro ciclo de Caíde de Rei; -----

→ Reforçamos o plano anual de atividades municipais em todas as escolas; -----

→ Reforçamos as verbas para apoiar todas as Juntas de Freguesia e apoiamos a aquisição de viaturas de transporte escolar; reformulamos, ainda, a distância a partir da qual todos os alunos têm acesso gratuito ao transporte, de 3 para 2 km; -----

→ Implementamos a formação especializada e certificada pelo INEM em Suporte Básico de Vida para todos os alunos do 11º ano de escolaridade;

→ Conseguimos o aumento de vagas e respostas sociais no concelho; um considerável aumento do número de Movimentos Séniores, como é o caso de Lodares e Nevogilde; -----

→ Construimos o Skate Parque e encontra-se já em fase final a obra da Casa da Juventude e Sala de Ensaios. -----

→ Promovemos as férias de verão para inúmeros jovens em parceria com outras instituições do concelho; -----

→ Reabrimos o Auditório Municipal; -----

→ Inauguramos o sintético de Lustosa e participamos a melhoria substancial de diversas infraestruturas desportivas, de que é exemplo a Aparecida; -----

→ Reabilitamos as Habitações Sociais do Município e conseguimos a reabilitação integral do Bairro Dr. Abílio; -----

→ Estamos a promover uma adequada dispersão pelas freguesias de habitação acessível a custos controlados para as famílias lousadenses; ----

→ Criamos mais residências partilhadas, e muito importante mais habitações de emergência; -----

→ Iniciamos a descarbonização da frota municipal com a aquisição de viaturas elétricas; -----

→ Adquirimos terrenos para o novo Centro de Saúde do Mesio; -----

→ Criamos uma resposta importantíssima ao nível da Saúde Mental, com a implementação da Equipa Multidisciplinar de Saúde Mental, que consegue dar uma resposta muito célere aos diversos casos existentes, e que no passado necessitavam de resposta muito urgente; -----

→ Conseguimos um amplo sucesso na área do bem-estar animal, com números elevadíssimos de adoções e de esterilizações como foi falado, mais de 400 esterilizações realizadas, mais de 500 adoções, mais de 500 vouchers emitidos de esterilização, e no Programa CED (captura, esterilização e devolução a colónias de gatos), cerca de 25 animais, porque de cães é legalmente impossível. -----

Muito mais haveria a elencar do que já foi feito, mas estes foram dois anos que, mesmo a recuperar de uma pandemia e elevadas dificuldades sociais, que nos abrange a todos já conseguimos fazer muito do que propusemos aos lousadenses. E, como disse muito bem o Dr. Leonel Vieira,

leastre
NE
Lousada

os lousadenses estão muito atentos.»-----

-----**Intervenção do Membro Municipal JOÃO CARLOS FONSECA, Partido Socialista:** -----

----- «Antes desta minha próxima intervenção, não poderia deixar de agradecer os esclarecimentos do Sr. Presidente da Junta de Silvares, Pias, Nogueira Alvarenga. Agradeço, também a brevidade como disse e penso que disse que não nos quis estar aqui a maçar. Não seria necessário ser assim tão breve, dava-lhe oportunidade, por exemplo de explicar que benefício que foi para a freguesia, que foi um passeio. Qual foi o preço do metro quadrado desse passeio? -----

----- Passando à intervenção que tinha aqui preparada, Sr. Presidente, enquanto membro da comunidade educativa em que estamos inseridos, venho aqui expressar uma preocupação crescente e que acredito merecer a devida atenção e reflexão por parte de todos nós. A utilização de dispositivos móveis, os vulgo telemóveis tem vindo a tornar-se uma questão premente nos nossos dias. Estes aparelhos tornam-se omnipresentes nas vidas das crianças e jovens, desempenhando um papel significativo na sua atividade diária e interações sociais. É inegável que vivemos numa sociedade cada vez mais tecnológica, onde o acesso à informação e a comunicação instantânea desempenham um papel fundamental. Contudo esta crescente dependência de dispositivos móveis suscita preocupações no que concerne ao seu impacto nas instituições do ensino e, conseqüentemente na vida das crianças e jovens que as frequentam. Em algumas escolas, já assistimos a uma proibição indiscriminada do uso de telemóveis nas suas instalações, o que pessoalmente me causa inquietação. Enquanto a sociedade para a qual procuramos preparar as nossas crianças e jovens se baseia largamente na utilização destas tecnologias, proibir a sua utilização nas escolas pode parecer uma abordagem contraditória. Consciente desta problemática, venho por este meio solicitar ao Município, porventura como atividade do Conselho Municipal da Educação, considere a organização de um debate informado e construtivo sobre o tema da utilização dos dispositivos móveis nas escolas envolvendo especialistas da área com sensibilidades distintas. Este debate deverá ser aberto à participação de todos os elementos da comunidade educativa interessados, incluindo pais, professores, alunos e outros intervenientes relevantes. Acredito, firmemente, que este debate poderá fornecer uma visão abrangente das várias perspetivas sobre o assunto e permitirá a elaboração de orientações claras e informadas para todos os agrupamentos de escolas do nosso concelho. Assim, evitar seguir tendências de forma irrefletida é crucial para garantir que as políticas educativas adotadas estejam em consonância com as necessidades e desafios do mundo contemporâneo. Coloco-me, desde já, à disposição para colaborar no que for necessário na realização deste debate e na busca de soluções que promovam uma abordagem equilibrada e educativa em relação ao uso dos dispositivos móveis nas escolas, disse.»

----- **Intervenção da Membro Municipal AGOSTINHO GASPAR, Coligação
Acreditar Lousada:** -----

----- «Muito rápido e muito sucinto. Quero cumprimentar a Sra. Presidente, na sua pessoa os membros da Mesa. E, também, deixar uma palavra, hoje, ao Sr. Nogueira, que rapidamente possa recuperar e que esteja connosco o mais breve possível, sentidamente. -----

----- Duas ou três coisas muito rápidas, em primeiro lugar, para reiterar uma posição que acho que é fundamental, que é: quer se queira, quer não se queira e se a culpa ou melhor, se a responsabilidade não for do Município, o Município tem que o condenar, uma vez mais aqui e, tem que assumir que temos hoje um problema, porque recebemos lixos que não era nosso e, que era em demasia. Estou a falar em relação às toneladas. Isto tem de ser reiterado, tem de ser dito e, alguém tem de ser responsável, porque num balde cabe 5 litros, se deixar meter 4, só depois fiquei espaço para um, à partida... Queria só deixar uma nota, porque estava ali sentado e muito atento como faço sempre relativamente às intervenções que aqui são feitas. E, estava a ouvir a intervenção da Sra. Deputada, Sónia Oliveira e, ao Sr. Presidente já pode ir embora, não é... O programa está resolvido, está tratado. Faltou-lhe dizer uma coisa, que é: o pós-pandemia, quais foi os milhões que trouxe? As verbas? O PRR, o que há-de chegar. Mas, é importante dizer, porque nós precisamos saber. Eu não sei, eu estou a perguntar. A segunda questão para mim, que é importante, já o fiz nesta Assembleia e vou voltar a fazer. Fi-lo aquando do Plano e Orçamento que é: hoje, falou-se ali no buraco, na chamada Praça do Românico. Aquele buraco, que acho que está bem feito. E, até acho que nem foi caro, já o disse aqui também. E, também acho que é possível recuperar o investimento que ali foi feito naquele buraco, acho perfeitamente possível. Também, concordo que não deve ser só com um parque de estacionamento, mas também é importante reiterar novamente aqui quando defendíamos o parque de estacionamento, nós não estávamos bons da cabeça, lembram-se disso, era o que nos acusava aqui o grupo parlamentar do Partido Socialista, é verdade. Mas hoje já perceberam que a feira não é o parque de estacionamento da Vila, não pode ser. Mas independentemente disso, aquilo que gostava de reiterar aqui de forma muito correta é, nós precisamos de saber, independentemente para que caminho, para onde é que luta o Município em relação ao que quer. Porque nós, inclusivamente o grupo parlamentar do PSD, inclusivamente, até já colocou um outdoor onde queria um determinado equipamento. É nossa posição, colocamos, pronto... Eu gostava de saber qual é da Câmara, porque o Sr. Presidente, há bocadinho, disse assim vamos ver se dá para fazer o parque estacionamento, o parque, ou seja, uma praça por baixo, uma praça por cima e depois talvez uma estrutura, se dá para fazer. Era importante perceber independentemente se consegue ou não consegue, o que eu queria saber, o que é que a Câmara quer. Que é para depois, aqui, dizemos assim, "olhe, nós queríamos isto. Defendemos isto. Não conseguimos ou não conseguimos, porque não tivemos a influência política que o Dr. Nelson tem junto da saúde ou porque, não é, ou porque

leastro
N
P.S.P

não foi possível, não houve recursos. Isto é preciso aferir. É isso que eu gostava de saber, aliás, disse isto a propósito da aprovação do Plano e Orçamento. Porque o que faz sentido é perceber qual é, por exemplo, o Município apostou na requalificação atempadamente, apostou e foi uma aposta que de certa forma, com alguma vantagem sobre os outros na requalificação dos equipamentos escolares, correto? Pronto! Porque tinha um objetivo, tinha uma ideia, é isso que quero e, tinha uma necessidade também, vamos ser claros. Aqui, não temos tanta necessidade assim, porque não estou a ver assim tanta necessidade na questão do espaço, está ali, está ali, não se perdeu nada... Mas precisamos de saber, o que é que nós gostamos de ter ali? Porque a questão de multiusos, já foi defendida por muita gente, inclusivamente por nós quando começou o complexo desportivo. E, o Sr. Presidente era vereador na altura e lembra-se disso. E, ficou de ser na segunda, aliás, julgo o Prof. Vilar, era o Vereador competente na altura e, chegou-se a ponderar ou não, em determinada fase, porque ouve a fase 1, fase 2, fase 3 do complexo, essa situação, portanto como não entrou ali, nós já perdemos a esperança de o ter, quando diz que 12 milhões é incompatível, eu concordo, mas já perdemos essa esperança. Agora, precisamos é de perceber e saber, o que é que nós queremos para ali. Não vamos querer... É isso que eu preciso de saber, qual é a orientação como para este terreno que está aqui, que foi na minha opinião uma boa aquisição, tinha um propósito, eu acho que foi alterado esse propósito, mas nós nunca percebemos como não nos dizem, se mudaram de ideias e porque é que mudaram de ideias e porque é que agora já não é e passou a ser, ou coisa do género, disse.» -----

Lcastro
M
RSD

----- **Intervenção da Membro Municipal LEONEL VIEIRA, Coligação Acreditar Lousada:** -----

----- «Senhor Presidente de Câmara ainda quanto à questão da Praça do Românico, permita-me que lhe diga o seguinte, efetivamente a Câmara e não decidi, não sabe muito bem o que é que quer edificar na Praça do Românico, mas há aqui uma questão que eu acho que não faz muito sentido, pensar num espaço como aquele que vai ter ali uma grande concentração urbanística, onde provavelmente irão e, vai ter naqueles dois quarteirões, seguramente mais nos próximos 10 anos, mais de duas mil pessoas. Acho que não faz nenhum sentido pensar em construir um multiusos. O multiusos tem de ser num espaço amplo, com bons estacionamento, boas acessibilidades, obviamente, colocá-lo ideal neste momento seria e será sem dúvida, no complexo desportivo, porque sempre foi naquele espaço. Por isso acho uma Loucura. Não me parece que faça qualquer sentido pensar sequer em construir um multiuso ali na Praça do Românico, num espaço acanhado, um espaço dentro da Vila que só virá a criar problemas, mas em termos de trânsito e de funcionalidade da Vila. Acho que está à vista de toda a gente, por isso, senhor Presidente de Câmara, nem pense sequer em avançar na construção de um multiusos na Praça do Românico, porque não faz sentido nenhum. Agora se me disser, eu quero fazer um multiusos para 200 ou 300 pessoas, tipo auditório

municipal, que nós temos aqui na Vila, que não serve rigorosamente para nada, porque se quisermos fazer um evento com 300 pessoas, as pessoas não cabem literalmente lá... Pense um bocadinho mais à frente, senhor Presidente de Câmara, pense no multiusos para o nosso concelho e que sirva a região. Eu já disse, em determinados sítios, nós somos um concelho de excelentes acessibilidades, num raio de 100 km, estamos seguramente rodeados por mais de 2 milhões de habitantes. Somos um potencial forte para atrair gente para cá, atrair gente para os eventos que se possam realizar num espaço de multiusos que tem de ser muito mais do que um armazém para juntar pessoas. Tem de ser um espaço funcional, tem de ser um centro de congressos, tem de ser um espaço para concertos musicais, para grandes eventos nacionais e internacionais. Se queremos ser referências, se queremos estar na vanguarda temos de criar equipamentos e condições. Hoje, se quisermos realizar uma peça de teatro, uma atividade qualquer com 200, 300 pessoas, não temos onde. Em Lousada foram construídos nos últimos 20 anos para aí 20 pavilhões. Na altura, quando eu fui candidato a primeira vez, senhor Presidente de Câmara, propus a construção de um pavilhão por cada 5 mil habitantes. Os senhores acharam na altura que era um exagero. Agora, já ultrapassaram todas essas metas, mas construíram, peço desculpa, construíram barracos, construíram pavilhões que apenas servem para a prática desportiva, porque se quiserem realizar qualquer evento que precisa de som, porquê? Porque esses pavilhões não têm acústica, não tem qualidade, fizeram em excesso, mas sem qualidade. Por isso, se estão a pensar em gastar 5, 10 ou 12 milhões de euros do nosso dinheiro, porque o dinheiro é da União Europeia, mas é de todos nós, mais tarde ou mais cedo, a conta vem e vamos todos ter de pagar. Por isso, Senhor Presidente, se está a pensar em construir o espaço multiusos, pense bem no que vai fazer. Sendo certo, fica desde já saber que terá em nós, uns opositores a qualquer construção do equipamento desse género de multiusos na Praça do Românico. Disse, muito obrigada.»-----

-----**Saiu definitivamente da sala, pelas 22 horas e 53 minutos, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:** -----

- Armando da Costa Silva, Presidente da União de freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) - Coligação Acreditar Lousada.--

----- **Resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**

----- Começando por responder ao senhor Presidente da Junta, não percebi que estória é essa de um desentendimento entre a Câmara e a pessoa que litigou consigo em tribunal, porque foi justamente a Câmara, na minha pessoa, que acabou por resolver o problema que o senhor Presidente da Junta não conseguiu resolver em tribunal com essa pessoa. Portanto, não sei que desentendimento é esse, confesso que não percebo. Aliás, nunca percebi dessa pessoa que houvesse qualquer problema comigo. Aliás, desde as primeiras reuniões que tive com o mesmo sobre esta matéria, percebi que o problema que havia era com a Junta de Freguesia, não era

lcastro
N
B-A

com a Câmara Municipal. -----

----- Relativamente à intervenção da senhora deputada, Alice Vieira, sobre o ponto de situação dos concursos, foi adjudicado um primeiro referente ao empreendimento habitacional de Vilar do Torno e foram aprovados em reunião de Câmara os projetos de mais 2 ou 3, Boim, Nevogilde e Sousela. Entretanto, estamos à espera da aprovação dessas candidaturas para avançarmos com o lançamento de outros concursos e estão em preparação outros projetos para avançarmos. A todo o momento teremos condições para fazer a consignação da primeira obra em Vilar e começar a avançar com as obras. -----

----- Relativamente, à intervenção do Dr. Leonel Vieira e aproveitando para responder também ao Dr. Agostinho Gaspar, ainda sobre a questão dos resíduos, é óbvio que se aquelas toneladas todas que vieram de Itália, não tivessem entrado, ia durar mais tempo, isso é óbvio... Agora não venham outra vez com demagogia, não foi você, mas foi o Dr. Leonel, que veio com demagogia ao dizer que foi a Câmara que deixou entrar. Não! Foi a Câmara que impediu, através de uma providência cautelar que essa importação e essa deposição de resíduos continuasse e já disse aqui numa reunião anterior, que, inclusivamente, a Câmara Municipal e eu próprio temos um processo em tribunal em que nos está a ser pedida responsabilidade civil por isso. Teve algum lapso de memória? Eu já disse isto aqui, foi a Câmara e a minha pessoa que, através dos tribunais, através de uma providência cautelar, impediu a continuidade da importação e da deposição de resíduos vindos de Itália. Vocês insistem, insistem e insistem, mas uma mentira dita muitas vezes não passa a ser verdade! -----

----- O senhor disse uma verdade e é lógico, quer dizer, se aqueles resíduos não tivessem entrado, o problema ainda não existia, porque ainda havia capacidade. Mas, na verdade, o problema ia surgir, mais ano, menos ano. Ia surgir mais à frente. E, isto porquê? Porque, hoje-em-dia estão criadas as condições para não haver soluções a este nível para os resíduos, porque ninguém quer os resíduos no seu concelho, à exceção e honra lhe seja feita ao concelho da Chamusca que tem lá um ecossistema para os resíduos. De resto, basta ver as notícias, o problema que temos em Valongo e noutros locais. O certo é que tem de haver soluções para os resíduos. E, efetivamente, os empresários têm um problema complicado porque têm um sobrecusto acrescido com a questão do transporte. -----

----- Depois, relativamente à saúde, o senhor referiu aqui uma verdade que tem que ver com o SAP, porque nós até podíamos perceber tudo e mais alguma coisa, mas não se consegue perceber porque é que Felgueiras e o Marco têm e Lousada não tem. E, portanto, vamos continuar a pressionar para que haja aqui justiça, porque esta diferenciação é completamente descabida. O que percebemos é que em função destas alterações que se pretendem introduzir, não haverá condições para grandes alterações até lá, nomeadamente aquilo que se pretende fazer com a generalização dos USF e a criação da Unidade Local de Saúde. Mas, relativamente à Unidade Local de Saúde, acho que temos de ter todos muita calma. Eu vejo as notícias na comunicação social, vejo as críticas, mas vamos com calma,

lousada
le
12/21

porque a ideia é boa. A ideia é que haja uma concertação entre os cuidados primários de saúde e os hospitais, porque todos nós ouvimos dizer, desde longa data, que o problema dos hospitais, o problema das urgências, são as falsas urgências, ou seja, as pessoas que se dirigem ao hospital, supostamente por um episódio de urgência, quando aquela situação não devia ir para a urgência, devia ter sido tratada nos centros de saúde. E, portanto, esta resposta da Unidade Local de Saúde é para que haja uma gestão única entre os cuidados primários de saúde e os hospitais, para que haja esta concertação, para que efetivamente as coisas possam funcionar melhor desse ponto de vista de planeamento. A ideia é boa, se vai prejudicar isto ou aquilo, não creio, vamos ver. Mas a ideia é melhorar cuidados de saúde, não é piorar. E, naturalmente, que se deixassem cair as parcerias que existem, estaríamos a andar para trás, não estaríamos a andar para a frente, portanto, não me passa sequer pela cabeça que isso possa acontecer. Aliás, o senhor Provedor estava com essa preocupação, com esse receio e falou com o senhor Vereador, que marcou uma reunião com o Conselho de Administração do Hospital do Tâmega e Sousa e creio que a reunião terá sido esclarecedora, mas o senhor Vereador poderá acrescentar e esclarecer melhor o que se terá passado nessa reunião. Relativamente ao que o senhor disse, a determinada altura pensei que o senhor é que deve estar com problemas de saúde, porque vamos ser sérios, nós não podemos ser presos por ter cão e por não ter! Se não fazemos nada, somos atacados, se tentamos procurar ajudar na solução estamos a intrometer-nos e estamos a responsabilizar-nos perante todos os problemas. Quer dizer, é um absurdo do tamanho da Torre dos Clérigos vir aqui dizer que a partir de agora, a Câmara e o senhor Vereador da saúde são responsáveis pela contratação de médicos. Desculpe lá, a partir do momento em que esteja sinalizado um problema, nós, enquanto autarcas, temos o dever de contribuir na medida do que for possível para a sua solução. Temos de exercer a influência política que existe, política não é partidária, é política, enquanto órgãos que representam uma determinada comunidade, temos de sinalizar junto do Governo, seja ele qual for, o problema e pressionar para que haja soluções. Foi isso que o senhor Vereador tentou fazer e que correu bem, não sei se foi casualidade, se não foi, mas o certo é que ficamos com a convicção de que ajudou. Relativamente ao problema que referiu de Caíde, não tinha esse reporte, pensava estar resolvido depois daquele episódio anterior que foi público. E, nessa altura, creio que foi resolvido. Não sei se, entretanto, mais alguém entrou de baixa ou de licença, porque esse é que é o drama. Ou seja, nós temos os médicos de família todos atribuídos, mas isso não quer dizer que não possamos ter um problema a todo o momento, porque basta alguém ir de baixa, ir de licença e temos logo um problema, porque não há uma prateleira de substitutos. E os problemas demoram o seu tempo a resolver-se. Antes de mais, temos de perceber se aquela ausência é temporária ou se vai prolongar-se, porque se for prolongada, obviamente tem de haver outro tipo de solução e, portanto, cumpre à Câmara Municipal tentar perceber isso e pressionar, na medida do possível, para que as soluções

leastro
N
R-28

apareçam o quanto antes. Mas vir aqui dizer que se fizermos isso, já somos responsáveis pela colocação dos médicos ou pela sua ausência, isso é demagogia pura e ninguém entende isso. Também pode ir ali dizer que é culpa dos municípios quando as escolas, ou uma ou outra turma, não têm professor! As câmaras não têm competência no recrutamento de professores e é exatamente o mesmo quanto aos médicos. -----

----- Relativamente àquilo que disse sobre a assunção das competências que foram transferidas pelo Estado no âmbito da saúde, é público e passou aqui pela Assembleia que nós só aceitamos na reta final, porque tínhamos de aceitar e era obrigatório. Eu creio que já disse isto também numa Assembleia anterior, na minha ótica, esta é a área onde é menos evidente os ganhos da transferência. Nas outras áreas, parece-me evidente os ganhos, nesta parece menos e porquê? Porque foi muito pouco transferido. Foram basicamente transferidas tarefas. A tarefa de conservar o edificado e é outro problema que temos agora aí pela frente. A tarefa de ter os carros em condições para circular e a competência de gerir os assistentes operacionais e apenas estes. Portanto, vir para aqui dizer que agora somos responsáveis por tudo o que de mau possa acontecer na saúde, é pura demagogia e acho que nem o senhor acredita naquilo que disse. Mas, independentemente daquilo que aqui foi dito, nós vamos continuar a fazer aquilo que achamos que deve ser feito, que é quando temos conhecimento de um problema, seja na área da saúde ou noutra área, tentar fazer aquilo que estiver ao nosso alcance para que esse problema tenha uma solução, independentemente da responsabilidade direta pela sua solução ser nossa, ou não ser, porque mesmo não sendo nossa, nós temos pelo menos o dever de pressionar para que as soluções apareçam e é isso que temos vindo a fazer. E, já agora, não sei se o senhor Vereador quer acrescentar alguma coisa sobre essa dita reunião que tiveram no hospital.» -----

-----**Nos termos do n.º 3 do artigo 48 da Lei 169/99 de 18 de setembro, com a anuência do senhor Presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, passou a palavra ao senhor Vereador NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista.**-----

-----**Intervenção do senhor Vereador da Câmara Municipal, NELSON OLIVEIRA, Partido Socialista:** -----

----- «Muito boa noite. Relativamente ao que veio dizer, você sabe que eu sei que isso não é novidade nenhuma para mim, porque efetivamente o Sr. Provedor teve reunido comigo, certamente como saberá e todas as suas preocupações aqui vertidas foram as preocupações dele. Nós temos a obrigação de pugnar por todas as instituições de Lousada, pelo seu sucesso e, principalmente, pelo bom serviço público às pessoas. Eu não tenho nenhum dogma ideológico com as parcerias públicas/privadas. Aliás, em termos ideológicos, sou um socialista democrático da social-democracia e, portanto, acho que quando o Estado não consegue corresponder às adequadas necessidades das pessoas, não vejo problema algum nestas parcerias e até acho que era ideal que isso fosse feito. Há outras pessoas que pensam o contrário, temos de respeitar, obviamente. Ainda assim, no

lousada
N
158

preciso dia em que essas preocupações me foram transmitidas pela Santa Casa de Misericórdia, contactei o Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, não por ser controlador como você disse, mas por ser trabalhador e empenhado a defender a população de Lousada e as instituições. E, é isso que enquanto aqui estiver irei fazer todos os dias, a toda a hora. Se calhar é isso que não vos agrada, mas não sei ser de outra forma. E, recuperando o que disse, fomos no dia a seguir ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, para que não haja um efeito bola de neve, ou seja, há umas preocupações legítimas e, para que não passe muito tempo, fomos esclarecer com quem atualmente está a liderar o Centro Hospitalar. Não sei se teve conhecimento das conclusões dessa reunião, se calhar teve e poderia ter aproveitado também para as dizer, caso contrário, digo eu. E, nesse sentido, acho que ficamos minimamente tranquilos, isto porquê? Porque foi-nos dito pelo senhor Presidente do Conselho de Administração que o objetivo não é piorar o serviço prestado às pessoas, é sempre melhorar. Ora, se atualmente as pessoas têm ali um Centro de Saúde, público, se precisam de fazer um exame de diagnóstico, um TAC ou o que quer que seja, parece-nos a nós enquanto Município, completamente absurdo centralizar tudo só por ser público e o utente ter que ir a Penafiel fazê-lo, quando tem este serviço precisamente ao lado e nem precisa pegar no carro. E, foi corroborada essa situação pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, que não garantindo nada, porque como o senhor Presidente disse, isto ainda está muito embrionário havendo apenas uma experiência piloto na ULS de Matosinhos, que se pode achar que, por um lado correu bem, por outro menos bem. Ainda assim, o objetivo das ULS será mesmo integrar os cuidados primários nesta dinâmica hospitalar. Estando nós também, cada vez mais perto dos órgãos de decisão, e, portanto, acho que serão ganhos substanciais. Relativamente ao SAP, essa preocupação foi transmitida nessa reunião e também corroborada por mim. Não sei qual é a posição que irá ser tomada, porque efetivamente a pessoa que está a falar connosco não consegue garantir o que vem a seguir e com uma nova estrutura a criar. O que é certo, também, é que para o bom serviço público, todas as ULS vão passar a ser, segundo anunciaram, modelo B. O que é que isso acontece, que todos os médicos tenham um chamativo extra para conseguir produzir mais, fazer mais consultas e satisfazer as consultas. Convenhamos que, para nós, se a consulta é feita no público ou no privado, é indiferente. Portanto, se as consultas forem feitas mais no público, desde que as pessoas fiquem servidas, pacífico. Se não houver essa possibilidade, se existir o SAP na Misericórdia de Lousada, que é uma instituição de referência em Lousada e que muito este Município tem auxiliado e nunca virado as costas, melhor ainda para todos. E, nesse sentido, julgo que ficamos também algo esclarecidos que de um momento para o outro, não virá aqui um "proto-comunista quase que fechar tudo o que é privado e vamos todos camaradas cavalgar esta onda de nacionalização de todos os serviços de saúde". Nesse sentido, se existe um hospital devidamente qualificado, com qualidade, que presta um serviço de saúde e que pode ser reforçado à

Lousada
NE
P.S.

população de Lousada, o Município está inteiramente desse lado. Agora, uma vez mais, nós não decidimos esse assunto. Da mesma forma em que não contratamos médicos também não vamos imiscuir-nos nisso. Agora vamos tentar fazer os possíveis para ajudar, tal como fizemos os possíveis no reforço dos médicos nos Centro de Saúde Caíde Rei, como ainda esta semana, uma vez mais de forma trabalhadora, questionei quem direito, como é que está a situação da USF, porque isso é fundamental para Caíde de Rei, para não deixar cair os assuntos. E, também temos outros projetos previstos na área da saúde. E, isto para dizer que todas estas preocupações foram transmitidas à tutela. Da mesma forma que nós conseguimos debelar um problema com os médicos de família, no Centro de Saúde de Caíde de Rei, porque sim, fui a Lisboa, reunimos com quem de direito. E mais, permitam-me que introduza aqui um assunto nesta área, os jovens de Lousada que estão a estudar medicina, estamos a tentar convencê-los a ficar neste ACeS ou no CHTS. Eu sei que existem opções de carreira médica diferente, que está a ser feito um trabalho que não é fácil e conheço muito bem, por outras razões, toda a dinâmica da carreira médica, portanto, o que é que nós estamos a fazer, nomeadamente através do Presidente do CHTS? Temos conseguido bastantes jovens para os seus quadros, porque o CHTS consegue quase que fazer ali um scouting, enquanto eles ainda estão a fazer os internatos para poder dar-lhes uma perspetiva de carreira acima de qualquer outro hospital, ou seja, se fosse um Hospital Central como o Hospital de São João, todos nós sabemos que os diretores de serviços são sempre Professores doutores e que em termos de evolução da carreira, os jovens médicos chegam ali a um ponto que sabem que há muita dificuldade em evoluir. No Hospital Padre Américo, confesso que isso está a ser conseguido em certa parte, porque, por exemplo, como sabem existe uma dificuldade grande em termos anestesistas no país, mas neste caso, o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, palavras do Presidente do Conselho de Administração, tem 40, portanto, é um bom número que estão a conseguir. Há planos também para intervir nas urgências. Porque há problemas nas urgências? Porque é meio milhão de pessoas a afluir ao mesmo sítio. Se calhar, o SAP faz sentido para essas questões. Pronto, acho que estamos aqui todos de acordo, excetuando no ponto em que vocês dizem que “nós agora temos a responsabilidade de contratar médicos”. Por exemplo, o senhor Vereador da Educação, Prof. António Augusto, também “não contrata professores”, não sei se vai dizer que a culpa de não haver professores em determinadas turmas em Lisboa, que isso digo-lhe é o grau zero do Estado Social, quando não se consegue garantir professores a uma turma, a culpa é do Dr. Carlos Moedas, se calhar não!? E, portanto, nós aí estamos todos resolvidos quanto a isso. É uma gestão sempre difícil, que está a ser feita com o ACeS a par e passo e, nas transferências de competências, há sempre coisas a melhorar, coisas a conseguir e cá estaremos para continuar de forma trabalhadora avançar.» -----

-----continuação da resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO: -----

leastru
K
P
A

-----«Muito obrigado, prosseguindo com as respostas relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Fonseca, a proposta que fez de haver um debate no âmbito do Conselho Municipal de Educação sobre o uso dos telemóveis nas escolas parece-me muito positivo. Sei que numa turma ou outra, ou pelo menos de algumas disciplinas, de algumas escolas, já se coloca uma caixinha para que no início da aula possam pôr lá os telemóveis. O que me parece é que faz sentido haver uma atuação comum ao nível do concelho, um entendimento em todos os agrupamentos quanto ao *modus operandi* para que não seja de uma forma numa escola e outra forma noutras. Essa discussão parece-me útil. Todos nós que somos pais sabemos bem que não é fácil. E, sobretudo num contexto de escola onde a concentração deve ser máxima, pelo menos dentro da sala de aula, acho que sim, que efetivamente esse tema deve merecer a nossa atenção e, portanto, tomámos boa nota dessa sua sugestão. -----

----- Respondendo ainda ao Sr. Deputado Dr. Agostinho Gaspar, o que é que a Câmara quer? Nós sabemos muito bem o que queremos. Agora, há muita coisa que nós queremos e que não é possível porque temos de dar o passo em função da perna... Nós queremos e vamos fazer agora neste quadro comunitário, e será uma das primeiras obras a fazer, uma praça. A questão é que outras valências essa praça vai ter? Esta questão do multiusos tem vantagens e tem inconvenientes naquele local. É verdade que havia essa perspetiva, de localização no complexo, havia e continua em aberto, porque estamos só a estudar, não temos nenhuma decisão já tomada. Estamos a estudar as possibilidades todas. Nós temos espaço para o multiusos no complexo e, entretanto, já adquirimos muito mais terreno, como sabem, para o lado do campo de tiro e para o lado de baixo até à estrada nacional, portanto, terreno ali não falta. E, acho que essa parte é fundamental para não tolher a possibilidade de desenvolvimento no futuro, porque a mim não me interessa apenas fazer, interessa-me deixar condições para que outros façam no futuro e para que o desenvolvimento de Lousada continue a ser possível. E quando nós não temos terrenos, podemos ter boa vontade, até podemos ter dinheiro, mas se não tivermos espaço para construir as coisas onde gostaríamos de construir, é uma chatice. E, portanto, o que nós gostaríamos e temos de fazer, é a praça. E, depois temos de fazer esta análise global, não podemos olhar só para ali, temos de olhar para tudo o resto. Queremos e vamos fazer, e também é uma prioridade, a Loja do Cidadão, como é óbvio. Também vai ser um dos projetos prioritários. Também tínhamos a possibilidade de fazer aqui ao lado, neste terreno que adquirimos ao lado da Câmara e do Pelourinho, só que este terreno é grande demais para uma Loja do Cidadão. Quando adquirimos esse terreno estudamos a possibilidade de fazer estacionamento nesse terreno, mas não compensa do ponto de vista económico, porque o terreno, apesar de ser grande em área, tem uma configuração que prejudica o desenho do interior e o aproveitamento do estacionamento, as circulações e, portanto, o aproveitamento daquele terreno para estacionamento não é o melhor. Isso levou-nos a ponderar

leostino
N
15/3/25

outras opções, mais propriamente na Praça do Românico, onde podem concentrar-se pelo menos essas três valências, ou seja, praça, estacionamento e loja do cidadão. Este terreno aqui ao lado não é defeito nenhum ficar quietinho, pois no futuro não hão de faltar necessidades. Que nunca se estrague o que ali está, que é o principal e quando se fizer alguma coisa que seja uma decisão acertada. Já agora, eu creio que já o disse também aqui no passado, relativamente ao novo mercado, se o mesmo não é pretendido pelos principais beneficiários, eu também não faço questão. Assim, o que vamos tentar fazer é requalificar o mercado existente, porque está a precisar de uma intervenção, mas não passará por construir um mercado novo. -----

----- Quem é que não gostaria de ter um multiuso em Lousada? Aliás, toda a gente diz que faz falta um multiusos em Lousada. O problema é ter recursos financeiros para isso, não é? Vir dizer aqui que Lousada tem uma posição de centralidade, uma posição invejável de localização e que este equipamento podia dar resposta a toda a região, é verdade, mas não resolve nada. Ou vocês acham, vocês acreditam, que é possível convencer os municípios aqui da região a contribuir para essa obra? Esta obra, se um dia se fizer, tem de ser com recursos próprios ou fundos comunitários, mas fundos comunitários não há. Ou seja, nós temos uma determinada dotação de fundos comunitários, mas ou fazemos uma coisa ou fazemos muitas outras. Aliás, a dotação total nem chegava sequer para um multiusos, aquilo que vamos ter, apesar de termos agora um incremento face àquilo que foi ao quadro comunitário anterior. Eu estou aqui a referir-me concretamente a uma proposta que há uns tempos foi apresentada na reunião da Câmara que era no sentido de, no âmbito da CIM e até aproveitando as minhas funções enquanto Presidente da CIM, tentar trazer para Lousada um multiusos. Mas isso não é assim! Se porventura estes instrumentos financeiros que estão agora ao nosso dispor como o PRR, tivessem estes investimentos como elegíveis, podíamos ir à luta, não é? Mas não é o caso, portanto, a única forma de financiar isto seria pelo 2030. Mas, face à grandeza do investimento, é de todo impossível neste momento e por isso é que eu disse há pouco que porventura aquilo que nós fizéssemos agora poderia eventualmente ficar em condições de, no futuro, vir a ser completado com essa valência, se assim fosse entendido. E, relativamente à localização, pode parecer claro, mas não é evidente que é melhor num sítio do que noutro. Há prós e há contras. O complexo tem a grande vantagem de ter imenso espaço, de ser muito fácil a fluidez de trânsito e ter muito estacionamento. Mas se almejamos ter um multiusos é para que esse multiusos também traga retorno económico para o concelho. Todos nós conhecemos alguns multiusos e aqueles que são mais próximos dos centros urbanos dinamizam muito mais a economia local, como é óbvio. Se forem construídos em locais mais afastados dos centros, as pessoas já têm mais dificuldade de ir fazer compras, de ir aos restaurantes, etc. Portanto, vão ao evento ou espetáculo e acabam por ir embora, pois se tiverem de pegar no carro para ir jantar, tanto vão na mesma localidade onde viram o espetáculo, como vão a qualquer outra. Portanto, tinha vantagens o facto

leastre
N
V-A

de ser no centro. É evidente que, do ponto de vista da pressão urbanística e de trânsito, tem esse inconveniente, é óbvio, mas por outro lado, tinha essa vantagem de o local onde ele ficasse inserido, ter um dinamismo económico muito mais substancial por força da sua existência. Mas nada disso está decidido, é apenas uma reflexão. Aliás, eu comecei por dizer quando falei sobre isto que já sabia que vocês iam torcer-se todos, mas estou aqui com toda a transparência. Qual é a certeza que temos? Que a loja do cidadão vai avançar, que a praça vai avançar, que a requalificação do mercado também, mas ainda falta, enfim, cozer todas estas nós para que efetivamente a decisão seja o mais acertada possível. -

----- O Dr. Leonel Vieira traçou aqui um cenário completamente catastrófico do nosso concelho, que parece um concelho atrasado, que não tem sequer uma sala para 200 ou 300 lugares para uma peça de teatro. Ó Dr. Leonel Vieira, então o senhor esqueceu-se do nosso Auditório Municipal que foi requalificado? Não sabe qual é a lotação? Eu já percebi que não sabe, mas eu vou dizer-lhe. Não é meia dúzia de pessoas, eu vou dizer-lhe, o nosso auditório é uma das melhores salas do país em termos de qualidade, conforto, acústica, sendo elogiado por todos os que passam por ali, seja do teatro, seja da música. E, modéstia à parte, acho que fomos muito felizes nesta obra de modernização que fizemos, porque ficou ainda muito mais agradável. O nosso recelo, nesta intervenção, era perder a acústica, que era aquilo que de mais importante o auditório tinha e, portanto, tivemos o cuidado de nos socorrermos dos melhores em termos de projeto, para que tudo corresse bem e correu muitíssimo bem, porque a acústica continua excelente. O espaço tem todo o conforto, é um espaço agradável do ponto de vista estético e tem uma lotação, não para meia dúzia de pessoas como o Dr. Leonel disse, mas para 275 pessoas. É pequeno para aquilo que é a procura que nós temos na área cultural, mas isso é muito positivo. Está ali o Sr. Presidente da União de freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, na altura era Vereador, e poderá dizer que no início, quando aquele equipamento foi construído, provavelmente era grande demais para aquilo que era a procura. Ou seja, é bom sinal, é sinal de que conseguimos consolidar a política cultural, que é elogiada por esse país fora e peço meças a qualquer município de média dimensão para comparar aquilo que é a nossa oferta cultural e a oferta cultural que existe nesses municípios. E, depois lembrar que temos também uma sala em Sousela, que não é da Câmara, mas que está no concelho e que temos contado sempre com a colaboração do Centro Social e Paroquial e da paróquia para quando é necessário utilizar com uma capacidade de 400 lugares e mais recentemente em Caíde, com 500 lugares. E, depois fica-lhe muito mal dizer que nós temos barracos. Eu agora já não jogo futebol de salão, mas pelos vistos andei a jogar em barracos. Não sei que conceção é que você tem da realidade, mas a sua ânsia de dizer mal, de denegrir, é tanta que perde por completo as estribeiras, a noção da realidade e, com o devido respeito, acaba por não se aperceber da figura que está a fazer. Uma coisa é nós dizermos que aqueles investimentos, aqueles pavilhões podiam estar preparados para outras valências. Podiam e podem a todo tempo. É uma

lousada
NK
BR

questão de nós elegermos um ou outro, porque não podemos fazer isso em todos, seguramente, mas é o que estamos a pensar fazer, por exemplo, aqui no nosso Pavilhão Municipal, que é muito requisitado para alguns eventos e algumas celebrações e que tinha um problema acústico que já foi minorado com um sistema de som melhor e com algumas alterações que lá fizemos, mas que pode ainda ficar melhor se fizermos ali alguns investimentos ao nível da acústica. Isso está sempre a tempo. Mas a função principal destes investimentos foi a prática do desporto e posso apostar que deve ter merecido a aprovação unânime nas reuniões de Câmara em que esses investimentos foram aprovados e na altura era com esse propósito de ser uma resposta para o desporto. E, apesar de já termos um rácio muito interessante, ainda há dias aqui o senhor Vereador do desporto me dizia que se tivéssemos mais era bom, porque efetivamente, sobretudo nas horas mais nobres, começa a faltar, sobretudo quando nós temos clubes com mais respostas, com mais equipas, temos necessidade de ajustar horários, porque o que faz sentido é que seja dada prioridade às crianças e aos jovens e não propriamente, enfim, àqueles que usam essas instalações apenas por diversão e recreação, que também é positivo, mas muitas das vezes, para fazer face a essas necessidades, temos de fazer ajustes aos horários. Lamento apenas, enfim, a forma como se exprimiu relativamente a estes investimentos que são uma referência naquilo que é a nossa oferta desportiva atualmente. A única insatisfação que eu tenho é de não ter capacidade atualmente para termos ainda mais, porque quantos mais tivéssemos mais seriam utilizados.» -----

leastro
NE
BFB

----- **A Assembleia Municipal apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal e discussão de outros assuntos de interesse do Município, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada), com a presença dos 33 membros.** -----

2. ----- Alteração ao Mapa de Pessoal 2023. -----

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 18/09/2023, deliberou, por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada**, a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, no que concerne à criação de 2 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Educação Social), para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo período de 27 meses, com início previsto a dezembro de 2023 e, a Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, a qual contemplará na carreira de Técnico Superior a criação de uma nova categoria (Ciências da Educação), com as atribuições diferenciadas, e consequente criação de 1 posto de trabalho para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, pelo

período de 27 meses, com início previsto a dezembro de 2023, cumprindo o estipulado no n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

Loastno
K
T=AB

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista no n.º 4 do art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), conjugado com a alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, **a Assembleia Municipal de Lousada aprovou por unanimidade de 33 votos, Alteração ao Mapa de Pessoal 2023.** -----

3. ----Reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal - “Empresa Nydalen Energy, Lda”. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 24 de julho de 2023, deliberou, por unanimidade, **submeter à Assembleia Municipal de Lousada, para que esta declare que o projeto da indústria “Nydalen Energy, Lda.”, com as suas centrais de energia renovável, é de Interesse Público Municipal**, para efeitos de utilização de duas parcelas de terreno com a área total de 15 850.00m² e capacidade para 195 h² ton/ano, cujas parcelas se localizam na freguesia de Meinedo e, de acordo com a carta de condicionantes do Plano Diretor Municipal de Lousada integrado em Reserva Agrícola Nacional (RAN), nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3, do art.º 25.º, do DL n.º 73/2009, de 31 de Março(Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (versão atualizada).

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

-----No uso da competência prevista na alínea a) do n.º 3, do art.º 25.º, do DL n.º 73/2009, de 31 de março (Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional (versão atualizada), **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 33 votos, o Reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal - “Empresa Nydalen Energy, Lda”.**-----

4. ----- 2ª Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada e o estabelecimento das medidas preventivas. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 04 de setembro de 2023, deliberou, por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal**, a proposta da 2.ª Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada e do estabelecimento das medidas preventivas, para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do n.º 1, da alínea b), n.º 6 do artigo 126.º e do n.º 1 do artigo 137.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua versão atualizada. -----

leastro
NE
HSD

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do n.º 1, da alínea b), n.º 6 do artigo 126.º e do n.º 1 do artigo 137.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na sua versão atualizada, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 33 votos, a 2ª Suspensão Parcial do Plano Diretor Municipal de Lousada e o estabelecimento das medidas preventivas.** -----

5. -----Repartição de Encargos - Aquisição de serviços de manutenção de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement e subscrição de software de produtividade 2023-2024. -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 04 de setembro de 2023, deliberou, por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada**, nos termos conjugados dos n.ºs. 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação atual dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a autorização prévia da repartição de encargos para assunção de compromissos plurianuais por três anos económicos, do seguinte modo: -----

- ano de 2023 - 105.000,00 (cento e cinco mil euros) + IVA; -----
- ano de 2024 - 105.000,00 (cento e cinco mil euros) + IVA e, -----
- ano de 2025 - 90.000,00 (noventa mil euros), no âmbito do concurso público para "Aquisição de serviços de manutenção de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement e subscrição de software de produtividade

2023-2024". -----

----- Ausentou-se da sala o membro Municipal: -----

– Ricardo Bessa Marques (Coligação Acreditar Lousada). -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:

----- No uso da competência prevista n.ºs. 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação atual dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 32 votos, a Repartição de Encargos - Aquisição de serviços de manutenção de licenciamento Microsoft Enterprise Agreement e subscrição de software de produtividade 2023-2024.** -----

----- Regressou à sala o membro Municipal: -----

– Ricardo Bessa Marques (Coligação Acreditar Lousada). -----

6. ----- Repartição de Encargos - Empreitada de conceção – construção de edifício de habitação multifamiliar em Vilar do torno e Alentém, Lousada. -

----- A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 04 de setembro de 2023, deliberou, por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada**, nos termos conjugados dos n.ºs. 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação atual dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a autorização prévia da repartição de encargos para assunção de compromissos plurianuais por três anos económicos, do seguinte modo: -----

----- ano de 2023 – 50.943,39 (cinquenta mil e novecentos e quarenta e três euros e trinta nove cêntimos), acrescidos do IVA; -----

----- ano de 2024 – 582.457,68 (quintos e oitenta e dos mil e quatrocentos e cinquenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos), acrescidos do IVA e; -

----- ano de 2025 – 80.860,17 (oitenta mil e oitocentos e sessenta euros e dezassete cêntimos), acrescidos do IVA, no âmbito da “empreitada de conceção – construção de edifício de habitação multifamiliar em Vilar do Torno e Alentém, Lousada. -----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte DELIBERAÇÃO:

Castro
N
PST

-----No uso da competência prevista 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e da alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com a redação atual dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 33 votos, a Repartição de encargos - Empreitada de conceção - construção de edifício de habitação multifamiliar em Vilar do torno e Alentém, Lousada.**-----

7. ----- Desafetação do domínio público - Travessa sem Nome, Cristelos.--

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 18 de setembro de 2023, deliberou, por unanimidade, **submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lousada**, nos termos a alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, a proposta de desafetação do domínio público, da Travessa sem nome, desde o seu início na Rua Padre Amorim, junto ao n 257 e até à entrada do prédio urbano com artigo 393-P, com a área de 22,5 m2, na medida em que: -----

- Com a aquisição da propriedade a poente, o requerente assegurou o acesso a ambas as propriedades; -----
- Como os dois prédios são propriedade do requerente, a travessa deixa de ter funcionalidade para acesso público; -----
- A União de Freguesias de Cristelos Boim e Ordem, também não vê inconveniente na referida proposta de desafetação do domínio público; --
- Que em face aos pareceres favoráveis, se encontram acauteladas as questões de interesse municipal com a desafetação da parcela de caminho. -----

----- Ausentou-se da sala o membro Municipal: -----

- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva (Coligação Acreditar Lousada).

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO:**

-----No uso da competência prevista termos a alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, **a Assembleia Municipal de Lousada, aprovou por unanimidade de 32 votos, a Desafetação do domínio público - Travessa sem Nome, Cristelos.** -----

----- Regressou à sala o membro Municipal: -----

- Leonel Domingos Reis Vieira da Silva (Coligação Acreditar Lousada).

leasho
R
i.p.s.a

8. -----Relatório de execução orçamental e financeira 1.º Semestre de 2023 - Lousada Séc. XXI - Actividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda". -----

-----A Câmara Municipal de Lousada, na sua reunião ordinária de 04 de setembro de 2023, deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal de Lousada o Relatório Orçamental e Financeiro - 1.º semestre 2023, da Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda., apresentado pelo Conselho de Administração, para efeitos conhecimento, nos termos do artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela Lei n.º 69/2015 e do artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) do anexo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.-----

----- Não houve intervenções, por parte dos Membros Municipais presentes, sendo efetuada a votação obteve-se a seguinte **DELIBERAÇÃO**:

----- No uso da competência prevista no artigo 42.º n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto na sua redação atual que lhe foi dada pela lei n.º 69/2015 e do artigo 33.º n.º 1 alínea ccc) do anexo da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **a Assembleia Municipal de Lousada, tomou conhecimento dos documentos Relatório Orçamental e Financeiro - 1.º semestre 2023, da Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Sociedade Unipessoal, Lda., pelos 33 membros presentes na sessão.** -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- A senhora Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção do Público. -----

----- Foram informados os Municípes inscritos para intervir na Assembleia Municipal (Período da Intervenção do Público) que a mesma estava a ser transmitida via streaming, áudio e vídeo, sendo-lhes entregues a folha de informação e consentimento de transmissão desta sessão da Assembleia Municipal. -----

lcastro
NK
A.S.D.

----- A Senhora Presidente da Assembleia, Lurdes Castro, deu a palavra ao Município Jose Albertos Matos. -----

-----**Sairam definitivamente da sala, pelas 23 horas e 47 minutos, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

- João Fernando Pinto Magalhães, Presidente da União de Freguesias de Figueiras e Covas (Coligação Acreditar Lousada); -----
- José Oliveira Nunes, Presidente da União de Freguesias de Nespereira e Casai (Coligação Acreditar Lousada.)e, -----
- Luís Daniel Fernandes Peixoto, Presidente de Junta de Freguesia de Calde de Rei.-----

----- **Intervenção do Município senhor JOSÉ ALBERTO MATOS:** -----

----- «Fazer aqui umas perguntas ao senhor Presidente, espero que ele não me minta, mas vamos a ver... Aqui nessa ata ordinária, não, na ata n.º 11/2023, aqui a pessoa que fez esta ata, que passou do oral para escrito, aqui diz umas coisas que não é o que está no oral, não é o que está aqui. Mas vamos ver, aqui diz: "que eu falei de corrupção ativa e passiva, verdade, mas disse isto fortes suspeitas de corrupção ativa e passiva e fortes suspeitas, falei duas vezes, não está aqui escrito. Aliás, isto também, o está estou a dizer aqui, disse no DIAP, por escrito, portanto, mas é bom que se saiba que está mal escrito. Segundo ponto, o último ponto, aqui tem sete parágrafos, nos sete parágrafos, eu falo aqui de um senhor chamado burro, é verdade, quem foi? Foi o senhor, eu disse que é vereador, mas ele é deputado, que eu confundo, João Fonseca, que me ameaçou dali, onde está aquele senhor de branco, João Carlos Fonseca. É, é você? Não, então é um individuo, aquele que estava aqui tem a foto dele, aí um "pilantrazico" que estava aí, que é um advogado de Lisboa, qualquer coisa, que vem para aí de vez enquanto receber um dinheirito... É esse que está aí, é o ou Fonseca, eu sei que é João qualquer coisa... Se não é o senhor, desculpe lá, é um "pilantrazico", vem aí vestido de terno, aí dizer umas bobagens. Ele ameaçou-me aqui e, esta palavra, estes sete parágrafos foi para ele, não foi para o Sr. Presidente. É bom que se esclareça, foi para aquele "pilantra" daquele vereador.» -----

----- **Intervenção da senhora Presidente da Assembleia Municipal, LURDES CASTRO:** -----

----- «Só um bocadinho, senhor Matos, vou fazer uma coisa e permitam-me todos os presentes que tome aqui uma medida que é o seguinte, o senhor está a colocar o nome de um colega que não está cá hoje, o senhor deputado. O senhor, está a insultar de alguma forma todas as pessoas. Então vamos fazer o seguinte...» -----

----- **continuação da intervenção do Município, senhor JOSÉ ALBERTO MATOS:** -----

----- «Não estou a insultar, não. A senhora não sabe o que é que quer dizer “pilantra”, “pilantra”, é um indivíduo bem vestido, que gosta de dar nas vistas...» -----

----- **continuação da intervenção da senhora, Presidente da Assembleia Municipal, LURDES CASTRO:** -----

----- «De acordo com o nosso Regulamento, deixe-me dizer uma coisa, não vou cortar a sua intervenção, mas de acordo com o nosso Regulamento, nós podemos suspender a transmissão sempre que achemos necessário e o artigo 6.º do Regulamento de Transmissões permite-nos fazer isso. Vamos suspender a transmissão via streaming fazendo a gravação normal. -----

----- **Suspensão da transmissão via streaming de acordo com o artigo n.º 6 do Regulamento das transmissões em direto das gravações das reuniões da Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa entendeu a interrupção da transmissão via streaming temporariamente desta Assembleia Municipal, havendo prejuízo para a honra e consideração do executivo e de todos os presentes, face ao ponto 1 - Sempre que do teor das intervenções resultar, nomeadamente, prejuízo para a honra, reputação ou decoro dos intervenientes, a Mesa da Assembleia Municipal poderá, no decurso da reunião, de forma excecional e temporária, ordenar a suspensão da transmissão áudio e vídeo. Ponto n.º 2. - A suspensão perdurará pelo decurso de tempo estritamente necessário e terminará quando cessar o motivo que lhe deu origem. Ponto n.º 3. - A decisão de suspensão referida no n.º 1 será sempre fundamentada e vertida em ata. ---**

----- **continuação da intervenção do Município, senhor JOSÉ ALBERTO MATOS:** -----

----- «Aqui tem outra coisa que quero falar com o senhor Presidente, já agora. O senhor Presidente diz aqui, está aqui escrito por ele.... vereador que ele fala aqui no terreno, fala de injúrias. Eu nunca fiz injúrias ao Sr. Presidente, eu apenas transmiti o que já disse ao DIAP, o que está no DIAP, é o que está aqui. Mais, quanto à linha... quanto também ele não respondeu aqui, quanto ao prédio feito em cima da linha de água, não respondeu. E, falou de facto de reuniões que tive com ele, verdade Sr. Presidente. A primeira reunião que tive com o senhor, isto tem que saber a verdade, também o que se passa. Liguei, mandei uma mensagem, por email, lá como se chama aquela coisa e, foi logo atendido pelo Sr. Presidente. Cheguei ao gabinete dele e ele já sabia o que eu ia falar, que era o picadeiro. Então, a primeira coisa que ele me apresentou foi um monte de leis para me dar, que eu não quis, monte de papéis, já tinha tudo programado, ele já sabia o que eu ia falar. Segunda reunião, liguei para ele, é certo Sr. Presidente? Eu não estou a mentir. Eu não minto. Posso não agradar ao senhor, mas eu mentir não minto. Fui à segunda reunião, que

leastro
NE
12/3/8

até fiquei muito feliz, porque eu mandei uma mensagem às 8 horas da noite e, era meia-noite já tinha a reunião marcada para outro dia. Eu disse isto aqui é funcionar em condições, isto, é uma Câmara que funciona mesmo bem, fiquei mesmo feliz, porque toda a gente diz que para marcar uma reunião com o Sr. Presidente, é mais fácil com o Presidente da República e, então ele foi rápido comigo. Então, quando cheguei lá, eu pensava que ia para o gabinete dele, ele mandou-me para uma sala, tinha lá o computador na frente dele, estava lá um homenzinho lá sentado, já lá dentro e, eu comecei a falar sobre o problema.» -----

lcastro
R
P

----- **A senhora Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, informou o Município, José Alberto Matos, de que o tempo tinha terminado.** -----

----- **Após o término do período de suspensão da transmissão em Direto/Gravação da Assembleia Municipal de Lousada, em curso, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu o aval para retoma da transmissão via streaming, da sessão ordinária em curso, dando a palavra ao Município, Manuel Pinho.** -----

----- **Saíram definitivamente da sala, pelas 23 horas e 47 minutos, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

- Ana Cristina Leal Moreira (Coligação Acreditar Lousada) e, -----
- Branca Alice Amorim Vieira (Coligação Acreditar Lousada). -----

----- **Intervenção do Município senhor MANUEL PINHO:**-----

----- «Muito boa noite, senhor Presidente da Assembleia, caríssima Mesa, senhor Presidente da Câmara restante executivo, deputados municipais aqui presentes, comunicação social, público. -----

----- O primeiro assunto que eu trago aqui tem algo que eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara, verificasse se é possível, porque acho que é bem para Lousada, tem a ver com a rota do Românico. Nota-se, poderá ser apenas algo, certamente poderá concordar comigo algum desvanecimento em relação ao projeto rota do Românico, após a saída da Dra. Diretora Rosário Machado. Tendo em conta que a Associação do Vale de Sousa, faz parte de Lousada seria importante e pertinente perceber se é possível verificar os projetos, o que é que está, porque realmente é um projeto muito interessante para a região e sente-se aqui que houve um vazio. É evidente que a pessoa em causa tem muita qualidade, mas é importante que esse vazio seja substituído. As pessoas não são insubstituíveis e acho que é um projeto de elevação do concelho e da região que tem que ter essa valorização. -----

----- Outra coisa que eu gostaria de falar enquanto meu conselho denoto aqui e congratulo o facto de não existir esforços nesse sentido tem a ver com mais habitação para o concelho de Lousada. Mas confesso que eu

tentei, se calhar, de uma forma errónea, tentei encontrar a Estratégia Local de Habitação, enquanto cidadão para perceber quais são os principais objetivos, por exemplo da minha freguesia e de outras e, realmente não consegui encontrar isso no site da Autarquia, ou melhor o documento em si que já foi até alterado, era importante realmente, na minha opinião, existir até porque o privado, neste caso as pessoas, os cidadãos, podem também participar nesta estratégia, pedindo também obras nas suas casas, obras particulares que muitas vezes não têm a ver com o Município, entrem na estratégia diretamente com o Governo, portanto no 1.º Direito e agora também após com o procedimento que existe agora junto com o PRR com alteração. Portanto, seria importante ser mais inclusivo este projeto e dou aqui a sugestão de colocar o mesmo que acontece noutras autarquias, no próprio site de maneira que as pessoas possam realmente adicionar as suas pretensões. Outra situação que gostaria de falar, eu não ouvi falar aqui de mobilidade e houve aqui realmente a semana da mobilidade, Europeia da Mobilidade e queria alertar aqui três situações que considero importantes, também aqui congratulá-lo alguma coisa que é feita mais aqui no centro, mas confesso que é importante e é relevante pensarmos num plano mobilidade sustentável para o concelho, são anos a mais, não temos uma estruturação de mobilidade do nosso concelho. Eu até aqui aproveito, houve aqui uma moção do CDS, no último mandato, não sei o que é que é feito desse trabalho, era um trabalho interessante, foi aprovado por todos os deputados municipais. Que eu saiba, não foi executado e, se calhar respondia à falta de passadeiras, ou falta de prontos, de alguns problemas que pudesse haver, semáforos e por aí fora... Parece que foi para entre aspas lixo, mas se calhar não foi, gostaria também que respondesse a isso. Há aqui uma questão que tem a ver com a Área Metropolitana do Porto. Nitidamente, sinto que o concelho de Lousada e a região é prejudicada nitidamente por estar na Área Metropolitana do Porto. O Sr. Primeiro-Ministro, António Costa, referiu há poucos dias que os jovens estudantes do país, neste caso, iriam ter gratuidade nos transportes. Mas eu tenho que dar esta ressalva, só as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e neste caso com os andantes, quer dizer, mais uma vez o concelho como Lousada e outros vão ficar a ser os parentes pobres, uma situação que prejudica diretamente os jovens do nosso concelho. Portanto, eu presumo, de uma vez por todas, não vale só a nossa centralidade, estando nós a ser prejudicados no cêntimo que seja, eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara, do que está à espera para olhar e, realmente eu prefiro ser um pequeno junto dos grandes, do que ser um pequeno junto dos mais pequenos, dos pequenos dos grandes. Portanto, acho que aqui tem de se repensar essa estratégia. Também gostaria de perguntar, se me quiser interromper, mas acho que posso continuar, eu confesso que, sendo construtivo, gostaria de terminar, mas se quiserem que eu paro. -----
----- Em relação à saúde, espero que realmente influência política que o Sr. Vereador fez para umas situações, Sr. Presidente da Câmara, certamente o fará para ter um serviço de atendimento permanente que acho que não custa assim tanto tendo em conta o partido que está no Governo, acho

leostw
NE
HSD

que não será difícil. Bom, eu tinha mais coisas, mas eu vou falar mesmo dos parabéns, tenho que dar os parabéns ao Partido Socialista, Sra. deputada, referiu e bem, pelo visto, está quase tudo feito, é um concelho, uma Câmara que o Sr. Presidente da Câmara, diz sempre que é de boas contas e, mas infelizmente, as boas contas da Câmara não se refletem nas boas contas dos lousadenses e, portanto, continuamos a ser um concelho dos mais pobres do país. Falta investimento, falta uma visão estratégica para o concelho, falta colocar uma pista desportiva, equipamentos desportivos na área do desporto automóvel potenciar este ato económico. Falta realmente ter uma visão a nível cultural. Eu elogio imenso a Câmara, tanto a nível cultural, a nível da educação, a nível social e até a nível desportivo. Mas não chega só os elogios ociosos, os nossos filhos, dois à amanhã, se não tiver equipamentos superiores a 300 pessoas que sejam 3 mil, 5 mil, são ultrapassados pelos outros concelhos, Paredes vai ter um auditório com uma dimensão grande, o seu concelho de Penafiel da Região Tâmega Sousa vai ter, já perdeu a oportunidade Lousada, vai ter um auditório também nesse âmbito. Porquê falar na CIM, ter aqui um auditório aqui, não consegue Sr. Presidente. E, por último, gostaria de dar aqui um conselho só para terminar mesmo uma frase. Eu feria aqui mais, mas vai ter de ser mesmo assim, é preciso mais investimento. Eu admito e tenho uma imagem de si de competência. E, é uma imagem que eu tenho alguns anos e, digo isso de forma coerente, mas desisti quando vejo entre aspas, metaforicamente, estilo barata tonta quando acontece isto do mercado, quando não há uma decisão e quando pelo meia dúzia de situações, não se faz, e é colocado no programa, que tão elucidado por aquela senhora. E, aqui do bunker ou buraco que agora até é perigoso, lá está, que já devia ser fechado pela autarquia, se acontecer lá uma desgraça, a culpa é da autarquia, portanto, dou já o conselho. Portanto, era importante que essa imagem de competência voltasse a surgir, porque eu quero o Presidente da Câmara aqui, que tenha uma marca no concelho e até agora não vi no investimento essa marca, obrigada».

-----**Resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, PEDRO MACHADO:**-----

----- «Relativamente à primeira intervenção, não a percebi, pelo que não vou responder.-----

----- Relativamente à segunda intervenção, sobre a Rota do Românico, o que eu lhe posso dizer? É que essa é uma preocupação minha já há muito tempo. Possivelmente na reunião de outubro do Conselho Intermunicipal do Tâmega e Sousa, que à partida será em Lousada, no Centro Interpretativo, vamos aproveitar para destacar o tema da Rota do Românico. Falei com o meu colega de Felgueiras, que está a presidir à Associação de Municípios do Vale de Sousa, que é quem tem a gestão da Rota do Românico porque temos de decidir o futuro da Rota. No passado houve alguma resistência por parte de alguns meus colegas quanto àquilo que me parece inevitável que é o alargamento da Rota, porque não é só o território do Tâmega e Sousa que tem românico. E, portanto, os outros territórios também o têm e

leastru
R
R

têm vontade de aderir à rota e no passado houve um receio por parte de alguns de que a entrada desses novos municípios pudesse de algum modo ofuscar o trabalho que foi feito pelos onze e numa fase inicial pelos seis. Eu acho que essa visão está completamente ultrapassada e creio que atualmente já temos consenso de que efetivamente é inevitável e acho que essa indefinição não aproveitou a ninguém e, portanto, esse sentimento que tem de haver um abrandamento, também o tenho e, portanto, temos esse assunto em cima da mesa e vamos ter mesmo de avançar. Espero que haja consenso nesse sentido, de permitir que outros municípios adiram, nomeadamente do AVE, aliás, alguns deles, inclusivamente, já colocaram sinalização. Vamos procurar a concertação quanto ao modelo de gestão de uma nova entidade, eventualmente, que possa fazer essa gestão. Naturalmente que esta questão histórica nunca pode ser apagada, mas isso não pode ser razão para bloquear o acesso de outros municípios e até porque Lousada tem aqui um papel importantíssimo porque é uma das portas de entrada da Rota. -----

----- Relativamente à Estratégia Local de Habitação, pensava que estaria publicado no nosso site. Vamos confirmar, mas se diz que pesquisou e não encontrou, vamos ver o que se passa e faz sentido que esse documento seja publicado. Não sei se lá está e não é intuitivo ou se efetivamente não está mesmo. Não sei, vou confirmar, de qualquer modo, qualquer sugestão que as pessoas queiram dar tem de ser sobre a própria estratégia. Não pode ser sobre o seu caso concreto ou a sua necessidade, porque isso não são contributos para a estratégia, isso são pedidos. Mas, sim, este documento já teve uma revisão. E poderá eventualmente ter outra no futuro. Se se justificar, de 6 em 6 meses, nós podemos fazer essas revisões, estamos sempre a tempo para o fazer. -----

----- Relativamente à questão da mobilidade, fiquei na dúvida se era um problema de mobilidade, se era um problema de segurança, porque eu acho que se a memória não me atraiçoa essa Moção do CDS tinha mais que ver com segurança rodoviária, com acessibilidades. E, essas intervenções, como disse há pouco durante esta Assembleia, têm vindo a ser feitas à medida que esses problemas são sinalizados e naturalmente que em todas as intervenções temos esse cuidado de que tudo cumpra a lei das acessibilidades. É evidente que nós ainda temos aí algumas situações antigas que não são fáceis de resolver. Ainda há dias aqui numa rua do centro eu e o Sr. Vereador estávamos a olhar para uma entrada numa rampa de uma garagem que cria um desnível para um patamar que não é público, mas é de acesso público. É uma galeria que, apesar de pertencer ao prédio, ao condomínio, está aberta e qualquer pessoa, uma criança, pode cair e, portanto, é necessário colocar uma grade. Sempre que essas situações vão sendo apontadas, sinalizadas, nós vamos tentando resolvê-las. -----

----- Discordo do que disse sobre a Área Metropolitana do Porto. Se eu tinha esta ideia, a mesma ficou reforçada com a negociação do Norte 2030. Se fizerem um exercício comparativo relativamente às verbas que foram alocadas aos Municípios do Tâmega e Sousa e aos Municípios com a

lcastro
R
P-B

mesma população da Área Metropolitana vão ficar surpreendidos. Nós acabamos por conseguir uma negociação muito melhor. Não passa pela cabeça de ninguém que os nossos concidadãos sejam discriminados negativamente face aos da Área Metropolitana e, portanto, repudio aquilo que disse, não é verdade. Disse, salvo erro, se a memória não me traiçoa, que mais uma vez vamos ficar prejudicados. Não! É pena que as medidas sejam sempre anunciadas para as áreas metropolitanas, mas tem de haver soluções para o resto do país, como é óbvio. No dossier dos transportes, quando foi anunciado o programa PART, da subsidiação dos passes e dos bilhetes dos transportes públicos, naturalmente que na altura, quando nós soubemos da notícia, houve logo uma celeuma muito grande, por ser apenas anunciado para a área metropolitana. Mas o certo é que nós conseguimos ser beneficiários do programa PART e do programa Protransp, tal como os municípios da Área Metropolitana foram e conseguimos também um acordo com a própria Área Metropolitana do Porto, para que qualquer um dos nossos concidadãos que compre, por exemplo, o passe seja da rodovia, seja o passe da ferrovia, tivesse exatamente os mesmos direitos que têm os cidadãos da Área Metropolitana, inclusivamente podem integrar com o andante. Todos os nossos concidadãos do Tâmega e Sousa pagam exatamente o mesmo, quer entrem em Paredes, querem entrem em Penafiel, em Caíde, em Meinedo, no Marco ou Baião, é exatamente igual, são 40€ de passe de comboio ou transporte rodoviário e 50€ se tiver o andante integrado. Isso é subsidiado pelo Estado e pela CIM e foi anunciado. Aliás, é um esforço financeiro que os municípios estão a fazer para esse efeito. Desta vez também ficámos surpreendidos, mas naturalmente que não passa pela cabeça de ninguém que essa medida não seja extensiva ao Tâmega e Sousa, como é óbvio. -----

----- Disse também que tem a ideia de eu ser uma pessoa competente, mas depois não é isso que acabou por dizer a seguir. Dizer, como disse, que há uma falta de visão estratégica, já parece o líder da oposição aqui de Lousada a falar, não sei se está a preparar também alguma candidatura, se calhar está!... Espero que não seja por aqueles partidos por onde você andou, pelos quais eu não tenho simpatia nenhuma, mas é um direito que lhe assiste. Agora, discordo por completo dessa sua visão. E, portanto, não tenho a pretensão de evidenciar uma determinada área em detrimento de outras. No fundo, o meu trabalho é um trabalho de continuidade daquilo que o meu antecessor fez, com uma preocupação muito vincada em tudo aquilo que é o estado social, a educação, sempre com esta preocupação de investir não só naquilo que são as condições materiais, mas também as outras condições necessárias para o sucesso educativo. Esta preocupação permanente com o social, fazendo de uma forma descomprometida e quase natural para salvaguardar a situação de cada um e o próprio anonimato, esta questão de trabalharmos para que o concelho vá melhorando cada vez mais os índices de desenvolvimento que, como aqui disse a Sónia Oliveira, e como tenho dito repetidamente, sempre que são publicados esses índices, nós estamos a subir e subir mais do que a média, ou seja, estamos a convergir. E isto é sinal, são evidências de que o nosso

leostaw
A
P378

trabalho tem uma estratégia e que está a produzir efeitos. Agora é evidente que as realidades não se mudam de um dia para o outro, a não ser quando é para piorar, porque quando há decisões erradas, os efeitos normalmente são muito mais céleres, do que quando é ao contrário, quando são decisões acertadas, elas tendem a demorar mais tempo e, sobretudo, quando se trata de mudar por vezes gerações. E, lembro, por exemplo, aquilo que se passava na educação com aqueles indicadores que nós tínhamos há três décadas, verdadeiramente preocupantes. E, portanto, muito honestamente e sem falsas modéstias, eu sinto-me orgulhoso desse trabalho que nós temos vindo a fazer. E, mesmo naquelas áreas em que a oposição nos criticava por nós não sermos tão audaciosos como, por exemplo, na captação de investimento, etc. Até aí nós estamos sem falsas modéstias a dar cartas e orgulho-me muito deste investimento que estamos a fazer em Caíde, que está concluído e que vai ser um sucesso, não tenho dúvidas e posso adiantar já aqui a esta Assembleia que estou já há algum tempo em negociações com os proprietários daquela área contígua para fazer outro tanto, porque tenho essa convicção de que a procura vai superar muito a oferta. E tenho tido bom acolhimento. Felizmente, os proprietários que na altura se entenderam connosco para negociar aqueles terrenos, perceberam exatamente qual era o nosso propósito e que apenas colaborando connosco e pedindo aquilo que é justo e não aquilo que porventura queriam, poderiam aproveitar a oportunidade. Só assim é que nós poderíamos montar aquela operação, perceberam isso e estes com quem agora temos falado, a convicção com que eu fiquei é que perceberam exatamente que só é possível se for no mesmo contexto. E, portanto, estou com uma convicção muito forte de que vamos conseguir chegar a acordo, porque lá está, temos de estar sempre a trabalhar com muita antecedência e sabemos que fora desta negociação do 2030, há um pacote de financiamento para outras áreas que vai ser gerido diretamente pela Comissão de Coordenação da Região Norte, uma delas vão ser as áreas industriais e nós queremos estar preparados para novos investimentos, porque com isso tornamos o concelho mais atrativo e mais resiliente, sobretudo nos contextos de crise, como infelizmente aquele que estamos a passar e que me preocupa muito. Aqui não foi falado, mas preocupa-me as notícias que todos nós vamos ouvindo daquilo que se passa na confeção, pior ainda no calçado e, portanto, temos que fazer aquilo que está ao nosso alcance, que é tornar o concelho cada vez mais atrativo para outros investimentos, naturalmente, apoiando essas áreas tradicionais que foram o sustentáculo durante muitas décadas da nossa economia, que não podem ser de maneira nenhuma menosprezadas, mas tentando também abrir o leque para que o concelho não fique excessivamente dependente de determinados setores. E, para isso, tem de ser um concelho atrativo e volto a dizer, sem falsas modéstias, é essa a convicção que eu tenho. E eu tenho dito isto e repito, o concelho vai sofrer uma grande transformação nos próximos anos. Nós temos aí alguns investimentos que vão mesmo mudar o nosso futuro. Um deles é o centro formação profissional que se conseguiu por unanimidade na Comunidade

leastro
N
551

Intermunicipal que fosse localizado aqui em Lousada, na Área de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei. Estamos a falar de um projeto PRR com um investimento de 16 milhões de euros que foi anunciado e apresentado aqui neste Salão Nobre, e para o qual temos financiamento garantido. Estava previsto fazer a escritura esta sexta-feira, mas falta ainda a aprovação do Conselho Diretivo do IEP. Portanto, mais uma semana vamos fazer a escritura para depois abrirem o concurso de conceção/construção. Venha a obra porque vai ser muito importante para o nosso Concelho e para toda a nossa região, porque esta área da formação é essencial, sobretudo nestes contextos que acabei de falar, porque é um drama para aqueles que ficam desempregados, que durante uma vida fizeram sempre o mesmo e que estão capacitados para aquilo, mas limitados para outras abordagens, e temos que aproveitar a possibilidade de reconversão, porque, por outro lado, temos atividades económicas que têm como principal problema identificado a falta de mão-de-obra e, portanto, o centro vai dar a resposta perfeita para que esses problemas se resolvam com naturalidade. E, já estou a divagar um bocadinho, mas creio que respondi. Muito obrigado. -----



----- E, nada mais havendo a tratar, a **Presidente da Assembleia Municipal, Lurdes Castro, deu a palavra ao senhor Rúben João Pinto Bessa, 1.º Secretário da Assembleia Municipal, que leu a Minuta da Ata.** -----

-----E, em seguida a **Presidente da Assembleia, Lurdes Castro,** submeteu à votação a Minuta da Ata n.º 12/2023, **que foi aprovada por unanimidade de 28 votos** dos membros presentes e que fica apensa a esta ata, **declarando a sessão encerrada às 00 horas e 20 minutos.** -----

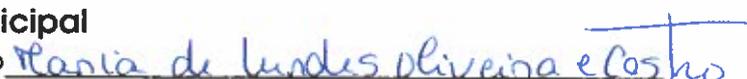
----- **Faltaram à sessão os seguintes membros municipais:** -----

- **Sandra Maria Leonor Pereira da Silva,** Membro Municipal do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada e; -----
- **Carlos Manuel C. Moreira,** Membro Municipal do Grupo Municipal da Coligação Acreditar Lousada -----

Lousada, 28 de setembro de 2023.

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria de Lurdes Oliveira e Castro



O 1º Secretário

Rúben João Pinto Bessa

RJPB

A 2ª Secretária

Maria José Pacheco Meireles Magalhães

Maria José Pacheco Meireles Magalhães

Ata aprovada na sessão ordinária de 28/12/2023 por unanimidade dos membros presentes participantes na sessão ordinária de 28/09/2023.